

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA 2012

10º RELATÓRIO

19 DE SETEMBRO DE 2012



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Nota Introdutória	4
Súmula do Relatório	5
1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA.....	9
1.1 Situação Atual de Seca Meteorológica.....	9
1.2 Precipitação em 31 de agosto e no ano hidrológico 2011-2012.....	10
1.3 Comparação entre as secas de 2005 e de 2012	11
1.4 Cenários de evolução da seca para setembro 2012.....	13
1.5 Teor de Água no Solo	14
2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA	16
2.1 Disponibilidades Hidrológicas	16
2.1.1 Bacias Hidrográficas	16
2.1.2 Aproveitamentos Hidroagrícolas	19
2.2 Produção de Energia Elétrica	22
3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional.....	24
3.1 Região Norte	24
3.1.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	24
3.1.2 Cereais de Outono/Inverno	25
3.1.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	25
3.1.4 Culturas Permanentes.....	26
3.1.5 Recursos Hídricos	27
3.2 Região Centro.....	28
3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	28
3.2.2 Cereais de Outono/Inverno	28
3.2.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	28
3.2.4 Culturas Permanentes.....	29
3.2.5 Recursos Hídricos	30
3.3 Lisboa e Vale do Tejo	31
3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	31
3.3.2 Cereais de Outono/Inverno	31
3.3.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	32
3.3.4 Culturas Permanentes.....	33
3.3.5 Recursos Hídricos	34

3.4	Alentejo	34
3.4.1	Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	34
3.4.2	Cereais de Outono/Inverno	35
3.4.3	Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	35
3.4.4	Culturas Permanentes.....	35
3.4.5	Recursos Hídricos	36
3.5	Algarve	37
3.5.1	Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	37
3.5.2	Cereais de Outono/Inverno	37
3.5.3	Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	37
3.5.4	Culturas Permanentes.....	38
3.5.5	Recursos Hídricos	40
4.	ABASTECIMENTOS DE POPULAÇÕES POR AUTOTANQUE	41
6.	INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	42
7.	MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA.....	46
7.1	Apresentação	46
7.2	Divulgação	46
ANEXOS.....	47	
	Anexo I - Variação da Área Semeada	48
	Anexo II - Variação da Produtividade.....	49
	Anexo III -Medidas de Derrogação Administrativa	50
	Anexo IV - Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras	54
	Anexo V - Medidas de Caráter Nacional.....	58

Nota Introdutória

O presente relatório, o décimo produzido desde o início do ano no âmbito do acompanhamento das condições e efeitos da seca, reporta-se a 31 de agosto e inclui a seguinte informação: evolução da situação meteorológica e hidrológica, impactos da seca na agricultura e na pecuária, impactos das condições meteorológicas e hidrológicas na produção de energia, avaliação de necessidades de abastecimentos alternativos de água para consumo, situação em termos de incêndios florestais e síntese e ponto de situação do conjunto de medidas definidas tendo em vista a atenuação dos efeitos da seca.

A situação de seca sofreu um ligeiro desagravamento em agosto.

Neste relatório está patente que a seca teve impactos distintos em diferentes produções agrícolas, sendo como esperado mais relevantes nos sistemas de sequeiro e nos prados, pastagens permanentes e culturas forrageiras.

Nos Aproveitamentos Hidroagrícolas só se registaram dificuldades em casos pontuais.

As consequências da seca foram relevantes em termos de produção de energia hídrica, não compensada pela térmica, o que seria expectável, agravando a dependência do exterior deste setor.

Encontrando-nos quase no final do ano hidrológico, constata-se que, em termos de reservas hídricas, as condições atuais são similares às do início do ano hidrológico 2011/2012.

Súmula do Relatório

- No mês de agosto a **precipitação média** ocorrida no território do Continente foi de 14.4 mm, próxima do valor médio normal 1971-2000 (13.7 mm); Nas regiões do sul quase não se verificou ocorrência de precipitação;
- A **precipitação acumulada**, no ano hidrológico 2011/2012, situava-se em cerca de 61% do valor normal acumulado de outubro a agosto (referência 1971/2000);
- A **situação de seca meteorológica registou um ligeiro desagramento em agosto**, encontrando-se no final deste mês **1% do território em seca normal, 13% em seca fraca, 13% em moderada, 40% em severa e 33% em extrema**;
- A **capacidade de água no solo** utilizável pelas plantas apresentava uma situação idêntica à verificada a 15 de agosto, sendo inferior a 10% em quase todo o território;
- As **bacias hidrográficas** apresentavam níveis de armazenamento um pouco inferiores aos valores médios para o mês de agosto do período 1990/91 a 2010/11, com exceção das bacias do Ave e do Mira; O maior desvio negativo verificava-se na bacia do Arade;
- Encontrando-nos já muito perto do final do ano hidrológico, constatámos que as **percentagens de armazenamento em todas as bacias eram similares às registadas no início do ano hidrológico**, com exceção das bacias do Arade e do Sado, e que **em todas bacias a percentagem de armazenamento era superior a 50%**.
- As campanhas de rega a partir dos aproveitamentos hidroagrícolas têm vindo a terminar para algumas culturas, mantendo-se para culturas permanentes, como o olival, para o arroz, para o milho e para as hortícolas; As campanhas têm decorrido em condições normais, exceto em Burga / Vale da Vilariça, Gostei, Odivelas, Silves, Lagoa e Portimão e Lucefécit;
- Comparando o registo de 2012 para o período de janeiro a agosto com o período homólogo do ano anterior, a produção de **energia hídrica** foi 60% inferior, o que implicou uma queda da produção líquida de energia elétrica de 16%; Em agosto de 2012, face ao período homólogo de 2011, a quebra de

produção hídrica foi de 25.9% e o aumento das importações de 31%; O nível de armazenamento das albufeiras do sistema electroprodutor nacional estava no final de agosto de 2012 em 49%, sendo idêntico ao de agosto de 2011;

- O ponto de situação em termos de estado de evolução das atividades agrícolas era o seguinte:
 - **Prados, pastagens permanentes e culturas forrageiras:** terminaram as operações de corte, secagem e enfardamento dos fenos; Confirmam-se as quebras esperadas nas produtividades/produções; No Alentejo e no Algarve, os prados e pastagens naturais de sequeiro encontram-se, na sua grande maioria, esgotados; Muitos agricultores não conseguiram constituir as reservas alimentares necessárias para o inverno.
 - **Cereais de outono/inverno:** Confirmam-se as quebras previstas para a produção de grão para a generalidade dos cereais, por redução de área semeada e quebra de produtividade; Houve searas desviadas para outros fins, que não a produção de grão (fenação ou pastoreio direto);
 - **O milho de regadio:** nas regiões Norte e Alentejo registava acréscimos de produtividade face ao último quinquénio e na região Centro quebras;
 - **O arroz** apresentou no Centro uma situação normal, em Lisboa e Vale do Tejo bom desenvolvimento vegetativo e no Alentejo progrediu bem nas áreas com disponibilidades hídricas convenientes;
 - **Fruteiras:** Macieira apresentou quebra de produtividade no Norte e no Centro em relação ao último quinquénio; A pereira registou decréscimos de produtividade entre 30 e 40% no Oeste e no Médio Tejo;
 - **Citrinos:** no Algarve, as variedades mais tardias registam quebra de produtividade entre 15 e 30% face a um ano normal, apresentando os frutos calibre pequeno; para as variedades temporãs e extra temporãs prevê-se quebra de produtividade face a um ano normal, em particular na variedade Newhall;
 - **Frutos Secos:** no Norte as quebras de produtividade em relação ao quinquénio anterior na ordem dos 14% na amendoeira e prevê-se uma quebra superior a 30% no castanheiro; no Algarve perspectiva-se uma diminuição da produtividade na alfarrobeira entre 35 e 43%;

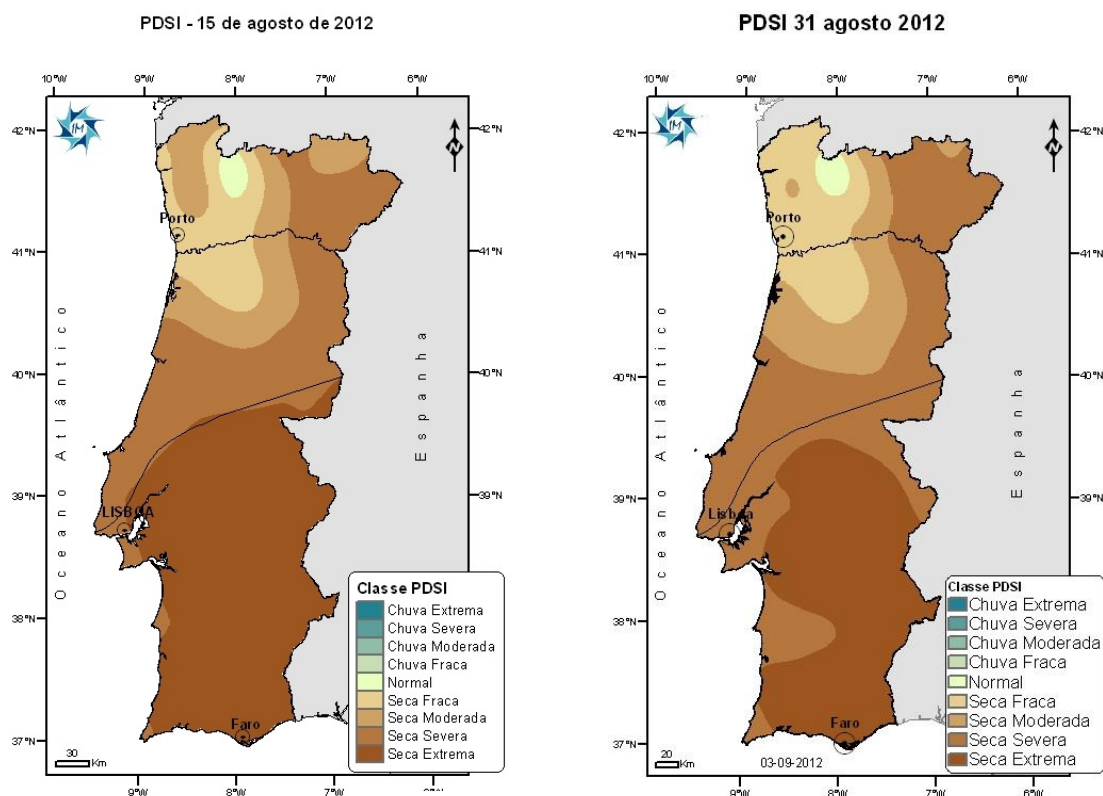
- **Vinha para vinho:** prevê-se quebra de produtividade, face ao último quinquénio, no Norte, em Lisboa e Vale do Tejo e no Alentejo; No centro a situação apresentava-se heterogénea;
- **Olival de sequeiro:** Prevê-se 45% de quebra de produtividade no Norte face ao último quinquénio, 15 a 30% no Centro, 40% no Alentejo e 25 a 30% no Algarve;
- Em termos de **abeberamento do gado** registaram-se dificuldades na satisfação das necessidades básicas do gado em Trás-os-Montes, no Centro e no Algarve;
- Os **abastecimentos alternativos de água para consumo humano** permaneceram com um comportamento regular face ao observado em outros anos;
- O **índice meteorológico de risco de incêndio** médio no mês de agosto raramente atingiu a classe de maior gravidade; Registaram-se em 2012 menos 1 277 ocorrências e arderam menos 49 577 hectares que no decénio 2002-2011;
- Por fim, e no que diz respeito a medidas para mitigação dos efeitos da seca, importa realçar que no mês de agosto foram implementados os seguintes apoios, a acrescer aos que se encontravam já em vigor:
 - Conclusão das propostas de portarias para consentir o pastoreio que não apenas por gado ovino nas áreas de intervenção de projetos de Florestação de Terras Agrícolas (Reg. 2328/91, Reg. 2080/92 e RURIS-FTA);
 - Publicação do Reg. (UE) 776/2012, da Comissão, em 27/08, permitindo as antecipações de pagamento de 50% do Pagamento Único de 2012, de 50% do Prémio por Ovelha e por Cabra e do Prémio à Vaca em Aleitamento, que passou, ainda, de 60% para 80%;
 - Apoio financeiro para compensação pelos custos de energia: Despacho MAMAOT nº 11151/2012, publicado em Diário da República nº158, 2ª série, de 16/08;
 - Portaria 226-A/2012 publicada em DR nº 148, 1ª série, de 01/08 para dispensa ou diferimento de pagamento de contribuições à Segurança Social, de julho a outubro de 2012.

1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA

1.1 Situação Atual de Seca Meteorológica

A situação de seca meteorológica em Portugal Continental mantém-se, verificando-se em 31 de agosto 2012 um ligeiro desagravamento da intensidade da seca em relação a 15 de agosto (ver figura que se segue). Assim, no final de agosto, tem-se 33% do território em seca extrema, 40% do território em seca severa, 13% em seca moderada, 13% em seca fraca e 1% na situação normal (ver tabela abaixo).

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 15 de agosto e em 31 de agosto de 2012



Fonte IM, I.P

Percentagem do território em seca de acordo com o índice PDSI

Classes PDSI	% de território afetado	
	15 ago 2012	31 ago 2012
Chuva moderada	0	0
Chuva fraca	0	0
Normal	1	1
Fraca	10	13
Moderada	14	13
Severa	29	40
Extrema	46	33
Total (seca severa + extrema)	75	73

Fonte IM, I.P

1.2 Precipitação em 31 de agosto e no ano hidrológico 2011-2012

O valor médio da quantidade de precipitação ocorrida no território do Continente em agosto (14.4 mm) foi próximo do valor médio mensal 1971-2000 (13.7 mm) para o mês. Os valores de precipitação mais elevados registados no mês de agosto ocorreram essencialmente nos dias 14, 15 e 25 e em particular nas regiões do litoral Norte e Centro. Na maioria das estações meteorológicas das regiões do sul do território do Continente não se verificou ocorrência de precipitação (ver tabela que se segue).

Valores médios da Precipitação mensal em 31 agosto 2012

	Precipitação em agosto (mm)	Percentagem em relação ao valor normal 1971-2000 (%)
Norte	36.6	135
Centro	15.2	106
Lisboa e Vale do Tejo	9.1	123
Alentejo	2.3	44
Algarve	1.2	41

Fonte IM, I.P

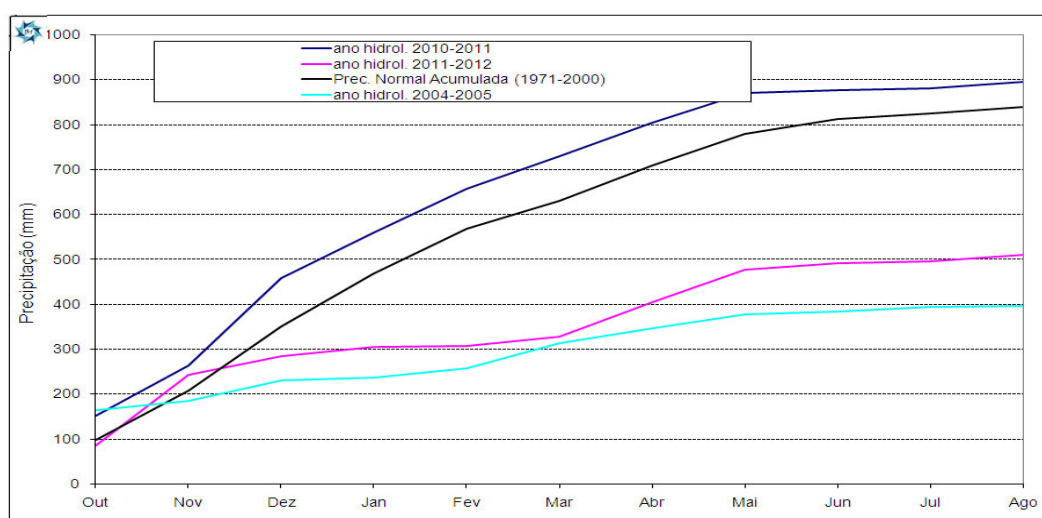
Na Tabela seguinte, apresentam-se os valores da precipitação mensal (outubro a agosto) nos anos hidrológicos 2004/05 (ano de seca), 2010/11, 2011/12 e valores normais 1971-2000, onde se verifica que o total acumulado em 2011/12 continua inferior ao valor normal, em cerca de 61%, mas superior ao de 2004/05.

Tabela 3 - Precipitação mensal nos anos hidrológicos 2004-2005, 2011-2012 e valor médio 1971-2000.

Ano Hidrológico	Precipitação mensal no ano hidrológico (mm)											Total
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	
2004-2005	164.4	21.0	44.2	7.2	19.7	56.4	32.1	32.1	6.8	8.9	2.7	395.5
2010-2011	151.3	111.3	194.5	102.6	96.9	71.8	74.8	67.2	6.0	2.9	15.4	894.7
2011-2012	84.8	158.3	41.2	20.4	2.2	20.8	76.6	73.2	14.0	4.5	14.4	510.4
Normal 1971-2000	98.2	109.4	144.0	117.3	100.1	61.2	78.9	71.2	32.2	13.8	13.7	840.0

Fonte IM, I.P

Precipitação acumulada nos anos hidrológicos 2004-2005, 2010-2011 e de 2011-2012 (outubro a agosto) e média da quantidade de precipitação mensal acumulada (1971-2000)



Fonte IM, I.P

1.3 Comparação entre as secas de 2005 e de 2012

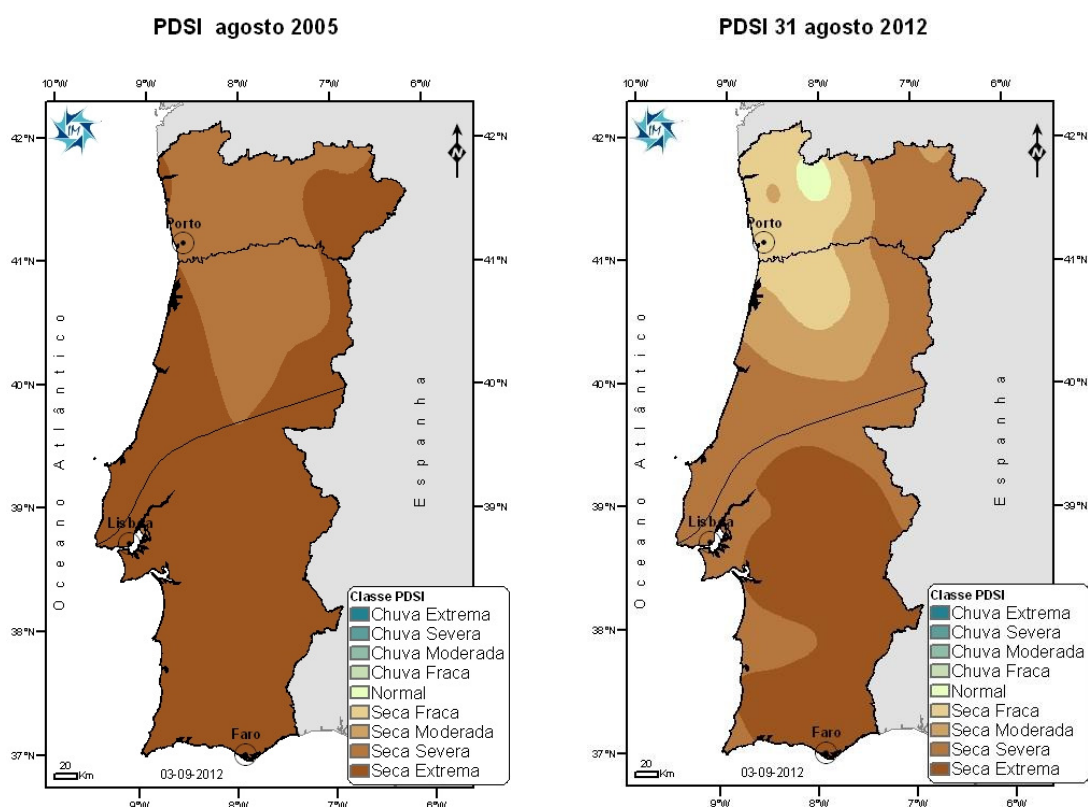
Nos últimos 10 anos a situação de seca mais grave que ocorreu foi no período de novembro 2004 a fevereiro de 2006. Na tabela que se segue apresentam-se as percentagens de território afetado pela situação de seca meteorológica entre 31 de janeiro e 31 de agosto para 2011/12 e 2004/05, verificando-se em 31 de agosto uma situação menos grave em 2012 do que em 2005. Na Figura seguinte apresenta-se a distribuição espacial do índice de seca em 31 de agosto de 2005 e de 2012.

Percentagem de território afetado pela seca meteorológica

Classes PDSI	% de território afetado															
	31 jan 2012	31 jan 2005	29 fev 2012	28 fev 2005	31 mar 2012	31 mar 2005	30 abr 2012	30 abr 2005	31 mai 2012	31 mai 2005	30 jun 2012	30 jun 2005	31 jul 2012	31 jul 2005	31 ago 2012	31 ago 2005
chuva severa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
chuva moderada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
chuva fraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
normal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
fraca	13	0	0	0	0	26	2	15	6	4	4	0	1	0	13	0
moderada	76	25	0	23	2	22	39	22	19	28	16	3	15	0	13	0
severa	11	53	68	44	41	28	59	20	30	20	24	33	26	27	40	29
extrema	0	22	32	33	57	24	0	43	44	48	56	64	58	73	33	71
Total (seca severa + extrema)	11	75	100	77	98	52	59	63	74	68	80	97	84	100	73	100

Fonte IM, I.P

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI em 31 de agosto de 2005 e de 2012



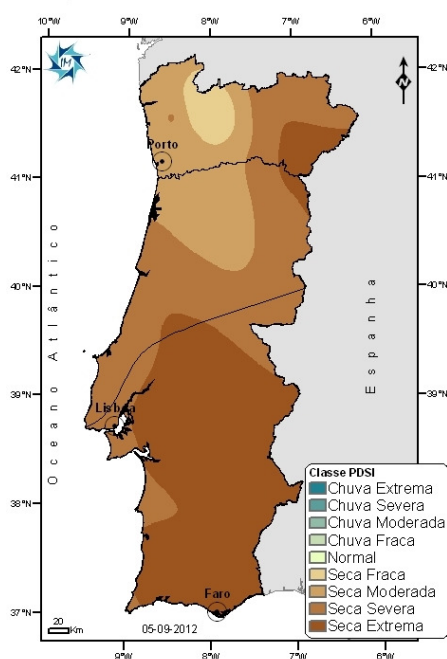
1.4 Cenários de evolução da seca para setembro 2012

A evolução da situação de seca que se apresenta para o final do mês de setembro, tendo em conta a situação no final de agosto de 2012, baseia-se na estimativa do índice PDSI para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação (ver figura que se segue).

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 30 de setembro 2012, para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação

Cenário 1

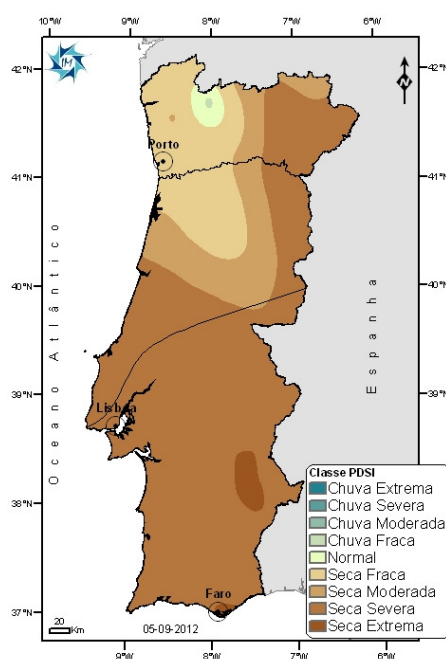
PDSI setembro 2012 (Cen. D2)



Fonte IM, I.P

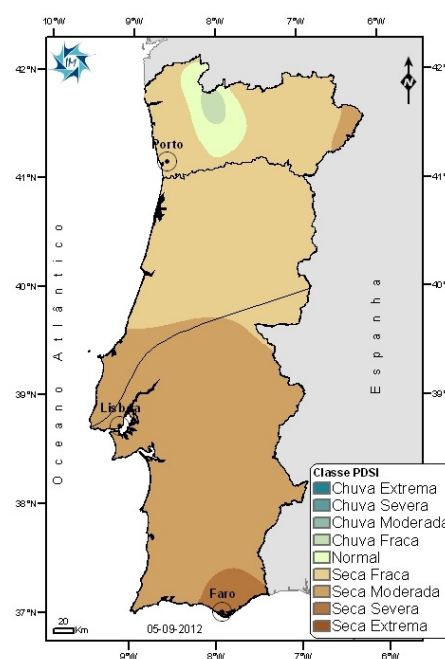
Cenário 2

PDSI setembro 2012 (Cen. D5)



Cenário 3

PDSI setembro 2012 (Cen. D8)



Se os valores da quantidade de precipitação forem muito inferiores ao normal (Cenário 1), espera-se um aumento da intensidade da seca, ficando 42% do território em seca extrema, 38% em seca severa, 14% em seca moderada e 6% em seca fraca.

Se a quantidade de precipitação for próxima do normal (cenário 2), espera-se uma ligeira diminuição da intensidade da seca em particular da classe de seca extrema, ficando 6% em seca extrema, 65% em seca severa, 12% em seca moderada, 15% em

seca fraca e 2% em situação normal (a classe de chuva fraca que aparece é inferior a 0.5%).

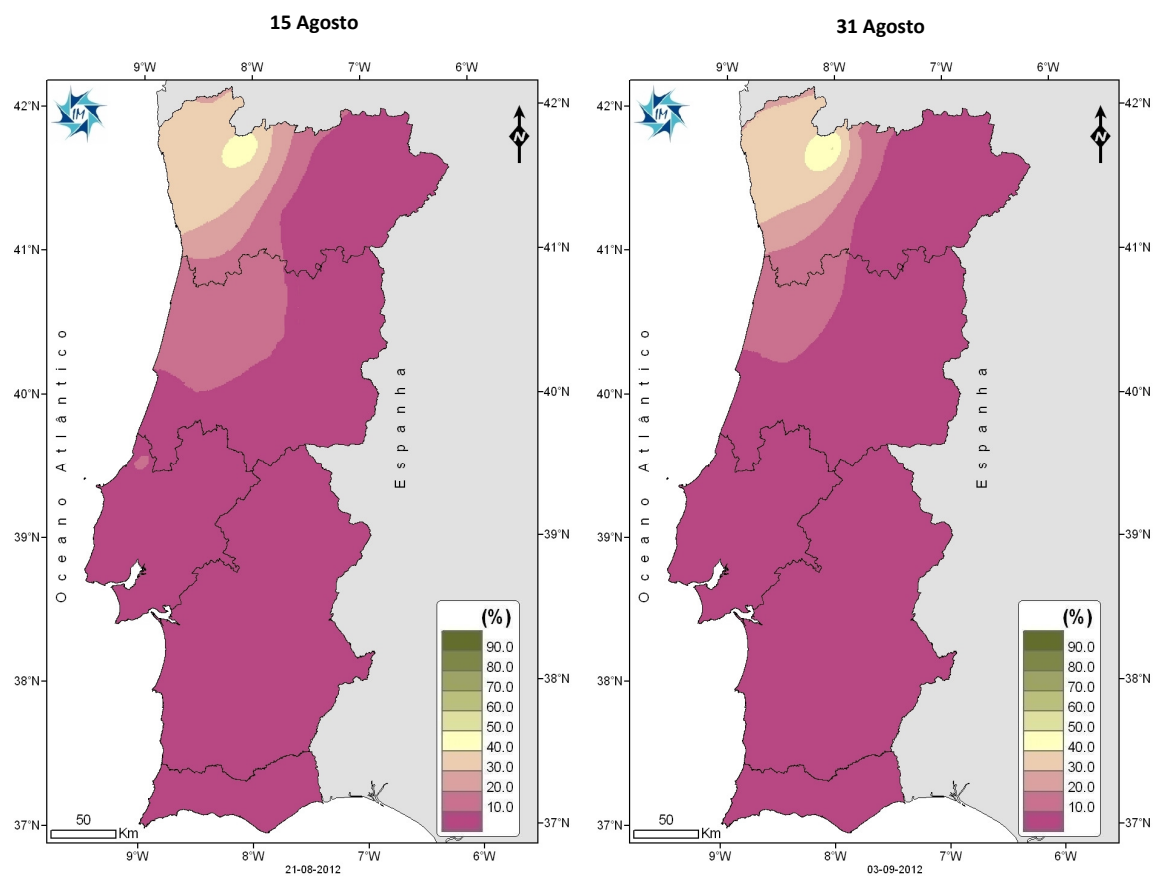
Se a quantidade de precipitação for muito superior ao normal (cenário 3), espera-se uma diminuição significativa da intensidade da situação de seca em todo o território, ficando 3% em seca severa, 48% em seca moderada, 42% em seca fraca, 6% em situação normal e 1% em chuva fraca.

A previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF) aponta para valores da quantidade de precipitação acima do normal, para todo o território, na semana de 10/09 a 16/09, e valores abaixo do normal, para todo o território, na semana de 17/09 a 23/09 (na semana de 24/09 a 30/09 não é possível identificar a existência de sinal estatisticamente significativo). No entanto, verifica-se que a previsão determinística mais recente, já não prevê valores de precipitação acima do normal para todo o território na semana de 10/09 a 16/09 (apenas para o Minho e Douro litoral na manhã de dia 11), pelo que desta forma será mais provável a continuação da seca meteorológica em todo o território.

1.5 Teor de Água no Solo

A figura seguinte (imagem do lado direito) representa os valores em percentagem de água no solo, em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas em 31 de agosto de 2012, onde se verifica, em relação a 15 de agosto (imagem do lado esquerdo), que a situação se mantém idêntica, continuando grande parte das regiões do território com valores de percentagem de água no solo inferiores a 10%.

Percentagem de água no solo em 15 e em 31 de agosto de 2012



Fonte IM, I.P

2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA

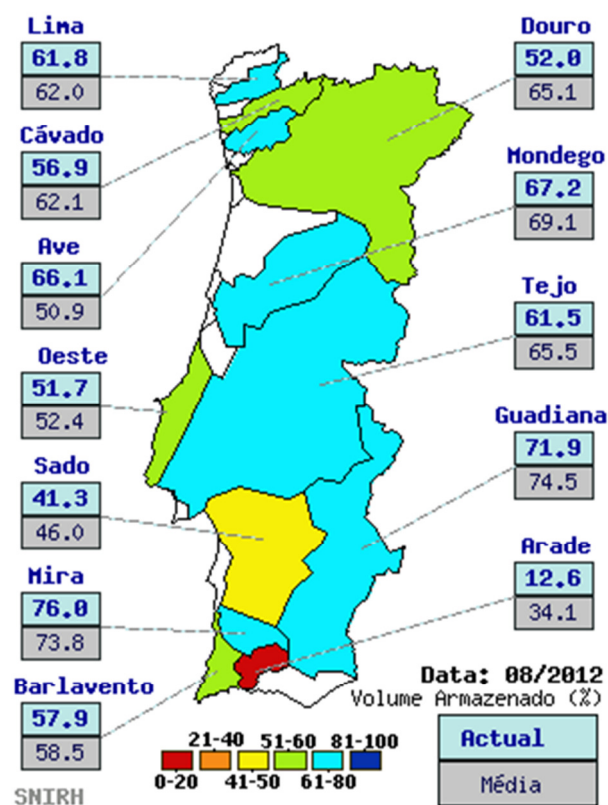
2.1 Disponibilidades Hidrológicas

2.1.1 Bacias Hidrográficas

No último dia do mês de agosto de 2012, comparativamente ao do mês anterior, verificou-se um aumento do volume armazenado em uma bacia hidrográfica e uma descida em 11.

Das 57 albufeiras monitorizadas, 2 apresentam disponibilidades hídricas superiores a 80% do volume total e 16 inferiores a 40% do volume total.

Situação das Albufeiras em Agosto de 2012



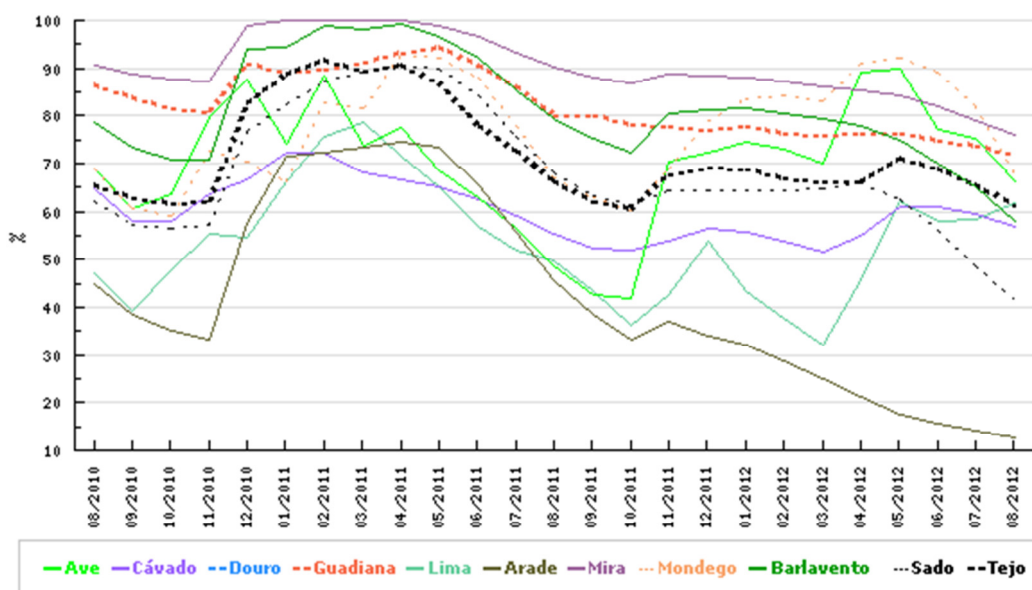
Fonte: APA

Os níveis de armazenamento no final de agosto de 2012 por bacia hidrográfica são inferiores aos valores médios de armazenamento de agosto no período de 1990/91 a 2010/11, exceto para as bacias do Ave e Mira.

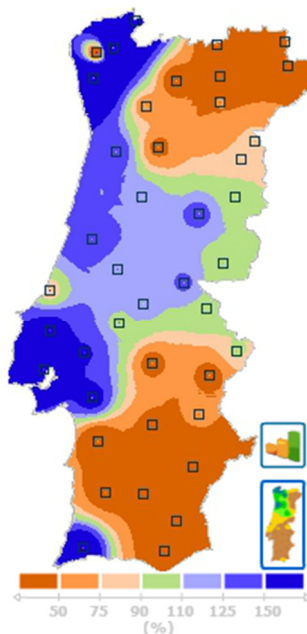
A nível das origens de água superficiais mais representativas, e estando quase a terminar o ano hidrológico, verifica-se que em todas as bacias as percentagens de armazenamento são próximas da média, ainda que ligeiramente inferiores, e similares aos armazenamentos registados no início do ano hidrológico. As exceções são as bacias do Arade e do Sado. Em todas as bacias a percentagem de armazenamento é superior a 50%.

No caso do Arade, considerando que a contribuição a receber de Odelouca está na fase de primeiro enchimento, não é ainda possível ser utilizada como referencial face às condições passadas.

Evolução do volume armazenado por bacia hidrográfica



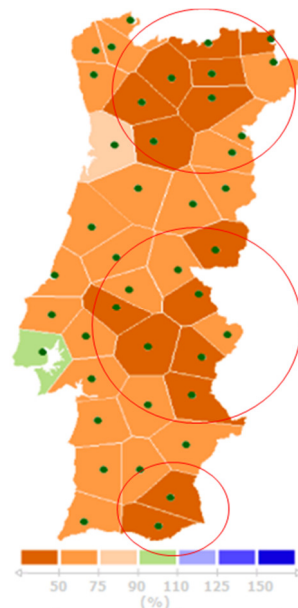
Relação entre a precipitação no mês de agosto do ano hidrológico 2011/2012 e a precipitação média de 1940/41 a 1997/98 para o mesmo mês, em percentagem, com base em 42 estações de medição de precipitação



Fonte: APA

A precipitação média em agosto teve, apenas, expressão numa estreita faixa litoral e no Interior Centro. Contudo, esses mesmos valores não foram significativos, dada a fraca magnitude da média das chuvas em agosto. Constituiu exceção o Minho-litoral onde se ultrapassou frequentemente o valor de 100mm. No caso da região de Lisboa a precipitação acumulada ao longo do ano hidrológico está muito próxima da média, ainda que com uma distribuição mensal atípica.

Relação entre a precipitação acumulada até ao mês de agosto no ano hidrológico 2011/2012 e a precipitação média acumulada de 1940/41 a 1997/98 para o mesmo mês, em percentagem, com base em 42 estações de medição de precipitação



Fonte: APA

Salvo se a precipitação no mês de setembro for significativamente superior à média em todo o território, os padrões deficitários de precipitação permanecerão próximos dos até agora identificados. Existem três núcleos com precipitação abaixo dos 50% da média no interior Norte, Centro e Sul, e o resto da generalidade do território com precipitações entre 50 e 75% da média.

2.1.2 Aproveitamentos Hidroagrícolas

As campanhas de rega a partir dos aproveitamentos hidroagrícolas têm estado a terminar para algumas culturas, mantendo-se para culturas permanentes, como o olival, para o arroz, para o milho e para as hortícolas.

Segue-se informação mais detalhada das albufeiras hidroagrícolas e respetivas campanhas de rega que merecem reparo.

Vale da Vilariça / Barragem da Burga

A campanha de rega foi interrompida no Bloco Norte, por indisponibilidade hídrica, atingindo cerca de 600 hectares.

Gostei

Face à indisponibilidade hídrica, a campanha de rega está na eminência de ser interrompida na barragem de Gostei.

Odivelas

Continua o reforço da barragem de Odivelas a partir de Alvito. A campanha de rega cessará cerca de 15 dias, permanecendo em rega apenas os olivais e algumas permanentes. Poderá começar a ser visível a subida do nível das águas. A campanha de rega efetua-se com normalidade.

Silves, Lagoa e Portimão

A barragem do Arade encontra-se sem qualquer restrição, após transferência de água de Odelouca, via Funcho. A campanha de rega efetua-se com normalidade.

Lucefécit

A campanha de rega na barragem de Lucefécit está praticamente encerrada. Apenas se está a regar as culturas permanentes, com enorme rateio face às disponibilidades hídricas já muito reduzidas. A operação de remoção da massa piscícola decorre, sendo que já foram extraídos cerca de 11 toneladas de peixe. A continuidade da extração da massa piscícola recomendada pelo ICNF continuará, previsivelmente com financiamento pelo Fundo para Proteção dos Recursos Hídricos, via ARH Alentejo, sendo que a operacionalização continua a cargo da EDIA.

A evolução das disponibilidades de água nas albufeiras hidroagrícolas, assim como a variação dos seus níveis, podem ser acompanhados em sir.dgadr.pt.

Reservas hídricas nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas

(Atualização 01 de setembro)

Designação das albufeiras	Cotas Plano de Água nas Albufeiras (m)	Variação das reservas hídricas no último mês		Armazenamento total				Armazenamento útil	
				01-Set-12		em igual período do ano passado		01-Set-12	
		x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor CU Total
BACIA HID.DO DOURO:									
Azibo (*)	596.47	-2 365 ↓	-6.7%	35 062	64.4	41 329	75.9	27 262	58.4 🟡
Sabugal	777.52	-16 220 ↓	-32.8%	49 500	43.3	(1)	(1)	45 600	41.3 🟡
BACIA HID.DO VOUGA:									
	0								
Burgães V.de Cambra	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
BACIA HID.DO TEJO:									
	0								
Divor	257.47	-1 413 ↓	-29.5%	4 784	40.2	9 310	78.2	4 774	40.2 🟡
Idanha	248.33	-8 680 ↓	-22.0%	39 420	50.5	55 974	71.7	38 620	50.0 🟡
Magos	14.80	-294 ↓	-15.8%	1 860	55.0	2 168	64.1	1 476	49.2 🟡
Maranhão	119.00	-23 602 ↓	-33.8%	69 831	34.0	136 405	66.4	45 331	25.1 🟡
Meimoa (*)	563.96	-1 571 ↓	-5.4%	29 017	74.4	(1)	(1)	17 017	63.0 🟡
Minutos	261.00	-8 800 ↓	-20.3%	43 300	83.1	(1)	(1)	41 200	82.4 🟡
Montargil	73.42	-21 297 ↓	-27.0%	78 959	48.0	120 073	73.0	57 359	40.2 🟡
BACIA HID. DE ARNÓIA:									
	0								
Óbidos	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
BACIA HID.DO SADO:									
	0								
Alvito (*) (**)	192.68	-9 102 ↓	-11.7%	77 820	58.7	(1)	(1)	75 320	57.9 🟡
Campilhas	97.45	-3 071 ↓	-75.2%	4 085	15.0	16 177	59.6	3 085	11.8 🟡
Fonte Serne	74.45	-369 ↓	-18.6%	1 984	38.5	3 617	70.2	484	13.3 🟡
Miguéis	154.71	-52 ↓	-8.8%	593	63.2	771	82.2	479	58.1 🟡
Monte Gato	178.19	-38 ↓	-9.3%	409	62.6	542	83.0	353	59.1 🟡
Monte da Rocha	131.02	-7 990 ↓	-15.3%	52 324	50.9	83 420	81.2	47 324	48.4 🟡
Odivelas	90.49	-406 ↓	-1.7%	24 071	25.1	46 646	48.6	24 071	25.1 🟡
Pego do Altar	38.17	-10 286 ↓	-51.1%	20 125	21.4	60 856	64.7	20 125	21.4 🟡
Roxo	131.50	-6 931 ↓	-14.7%	47 283	49.1	77 731	80.7	40 483	45.2 🟡
Vale do Gaio	31.71	-6 529 ↓	-26.0%	25 095	39.8	43 445	69.0	25 095	39.8 🟡
BACIA HID.DO MIRA:									
	0								
Corte Brique	132.78	-105 ↓	-7.8%	1 338	81.8	1 475	90.2	1 163	79.7 🟡
Santa Clara	123.50	-14 915 ↓	-4.1%	368 244	75.9	436 650	90.0	123 544	51.4 🟡
BACIA HID.DO GUADIANA:									
	0								
Abrilongo	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Beliche (*)	42.46	-2 745 ↓	-11.2%	24 525	51.1	38 146	79.5	24 125	50.7 🟡
Caia	224.38	-16 302 ↓	-21.0%	77 590	38.2	146 194	72.0	66 890	34.8 🟡
Lucefecit	170.08	-985 ↓	-171.9%	573	5.6	5 226	51.1	573	5.6 🟡
Odeleite (*)	42.46	-7 722 ↓	-10.1%	76 200	58.6	112 400	86.5	63 200	54.0 🟡
Vigia	213.91	-2 001 ↓	-76.4%	2 620	15.7	10 797	64.6	1 421	9.2 🟡
BACIA HID.DE ODEAXERE:									
	0								
Bravura(Alvor)	77.95	-2 415 ↓	-12.0%	20 110	57.7	27 561	79.1	17 545	54.4 🟡
BACIA HID.DE ARADE:									
	0								
Arade(Silves)	39.62	-604 ↓	-15.9%	3 796	13.4	10 161	35.8	2 151	8.0 🟡
Funcho (*)	74.10	-1 292 ↓	-22.8%	5 657	11.9	24 029	50.4	687	1.6 🟡

Fonte: DGADR

Obs:

(*) - Albufeiras de obras cuja gestão está a cargo do Instituto da Água

(**) - Sem dados actualizados

(1) - Não disponível

NPA- Nível de Pleno Armazenamento

CU - Capacidade Útil de Armazenamento

● Menor ou igual a 70% CU

● De 70 a 90% CU

● Maior ou igual a 90% CU

2.2 Produção de Energia Elétrica

Pela análise do quadro seguinte verifica-se que de janeiro a agosto de 2012, a produção líquida de energia elétrica caiu 16%, quando comparada com igual período de 2011, devido à forte descida da produção hídrica (-60.3%). A produção térmica está praticamente igual ao período homólogo de 2011.

Produção de energia elétrica no Continente

	GWh		
	Total		
	janeiro-agosto 2011	janeiro-agosto 2012	%
Produção Líquida	29 016	24 381	-16.0
Hídrica	8 932	3 542	-60.3
Térmica	17 782	17 750	-0.2
Eólica	5 902	6 368	7.9
Fotovoltaica	181	233	28.7
SALDO IMPORTADOR	1 410	5 699	304.2
Importação (Comercial)	2 715	5 849	115.4
Exportação (Comercial)	1 305	150	-88.5
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	357	834	133.6
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	33 850	32 758	-3.2

Fonte: DGEG

Os efeitos da seca ainda se fazem sentir, tendo conduzido, em agosto de 2012, a uma quebra de 25.9% da produção hídrica - fixada em 320 GWh em 2012 face a 432 GWh no período homólogo de 2011. A produção líquida de energia elétrica caiu 7.1%, quando comparada com igual período de 2011, devido à quebra da produção hídrica.

As importações em agosto de 2012 registaram um aumento de 31% relativamente ao período homólogo de 2011. A seca que tem atingido Portugal Continental ao longo de 2012 conduziria, teoricamente, a um aumento da energia térmica, que continua a não se verificar. A energia térmica diminuiu 9% quando comparada com igual período de 2011.

Produção de energia elétrica no Continente em julho e agosto

GWh

	julho			agosto		
	2011	2012	%	2011	2012	%
Produção Líquida	3 850	3 584	-6.9	3 781	3 512	-7.1
Hídrica	433	333	-23.1	432	320	-25.9
Térmica	2 500	2 449	-2.0	2 740	2 498	-8.8
Eólica	885	764	-13.7	581	660	13.6
Fotovoltaica	32	38	18.8	28	34	21.4
SALDO IMPORTADOR	437	656		280	458	
Importação (Comercial)	478	666	39.3	374	488	30.5
Exportação (Comercial)	41	10	-75.6	94	30	-68.1
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	65	121	86.2	57	101	77.2
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	4 222	4 119	-2.4	4 004	3 869	-3.4

Índice Produtib. Hidroelétrica	0.44	0.44		0.71	0.69	
Armazenamento nas Albufeiras (%)	55	52		49	49	

Fonte: REN - Redes Energéticas Nacionais

* **IPH**: Índice de Produtibilidade Hidroelétrica - Indicador que permite quantificar o desvio do valor total de energia produzida por via hídrica num determinado período, em relação à que se produziria se ocorresse um regime hidrológico médio.

O índice de produtividade hidroelétrica foi de 0.69 em agosto de 2012, inferior ao do período homólogo de 2011.

O nível de armazenamento das albufeiras do sistema electroprodutor nacional foi, em agosto de 2012, de 49%, sendo inferior ao do mês anterior, que foi de 52%. Este nível de armazenamento situava-se, em agosto de 2011, igualmente nos 49%.

3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional

Este ponto foca uma avaliação qualitativa e quantitativa, encontrando-se nos Anexos I e II deste relatório a informação de base, estritamente quantitativa, harmonizada entre Regiões e traduzindo a comparação de áreas e produtividades registadas/previstas para 2012 com os valores médios do quinquénio 2006/07 a 2010/11, do qual se excluiu o melhor e o pior anos.

A avaliação efetuada pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) no final de agosto, é a que se segue.

3.1 Região Norte

3.1.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

As operações de corte e enfardamento dos fenos encontram-se concluídos. Há produtores que receiam não ter conseguido armazenar quantidades suficientes de alimentos grosseiros, para garantir a alimentação do efetivo pecuário no período de carência, principalmente se a situação de seca persistir.

Ainda que em menor quantidade, o recurso aos alimentos grosseiros armazenados, como silagens, palhas e fenos, bem como às rações industriais, como complemento alimentar para os animais, continua a verificar-se.

As previsões apontam para quebras significativas nas produtividades/produções das culturas forrageiras (entre 20 e 30%) e dos prados e pastagens (quebras entre 27 e 32%), relativamente ao ano anterior.

Quanto ao abeberamento dos animais, na área geográfica de Trás-os-Montes, alguns produtores, tiveram que transportar a água para satisfazer as necessidades básicas dos seus efetivos, originando um acréscimo nos custos.

3.1.2 Cereais de Outono/Inverno

Durante o mês de agosto foram concluídas as operações de colheita dos cereais praganosos de outono/inverno em toda a região.

Verificou-se, nesta fase final, um certo desagravamento das previsões iniciais, nomeadamente no caso do centeio e nas zonas de montanha. No entanto, duma forma geral, confirmaram-se quebras significativas na quantidade produzida e, em alguns casos, também na qualidade do grão. No caso do trigo esta diminuição resulta de quebras conjugadas de área e de produtividade (com maior peso desta última), enquanto para os outros casos resulta essencialmente de quebras na produtividade.

As estimativas apontam para quebras elevadas na produtividade de grão, entre 16 e 34%, comparativamente à média do quinquénio.

A campanha de comercialização tem-se caracterizado pela existência de uma atitude expectante, principalmente da parte dos produtores. A evolução do mercado internacional tem influenciado as transações regionais, mas não produziu o aumento de preços que os produtores esperavam.

O destino provável da maior parte do cereal, incluindo o trigo, deverá ser a fabricação de alimentos para os animais.

3.1.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

A cultura do milho grão apresenta um desenvolvimento vegetativo heterogéneo em algumas zonas de produção. As estimativas apontam para uma diminuição da área total semeada na ordem dos 12%, relativamente à média do quinquénio. Há preocupação sobre a disponibilidade de água para rega. Algumas áreas de milho grão, nomeadamente de sequeiro, apresentam muito fraco desenvolvimento, com colmos mais pequenos, podendo as quebras de produtividade serem muito significativas. A evolução nos próximos tempos será determinante.

As estimativas indicam uma diminuição da área plantada de batata na ordem dos 7%, tanto em sequeiro como em regadio, comparativamente à média do quinquénio. Grande parte da batata de sequeiro encontra-se colhida. Verificou-se que os tubérculos apresentavam calibres inferiores aos normais nas zonas onde houve falta de humidade nos solos e calibre médio nas restantes.

No caso da batata de regadio, uma parte significativa da área, nomeadamente nas zonas menos quentes, ainda se encontrava na terra. De referir ainda que, tanto para a batata de regadio como para a de sequeiro, nos casos em que os ataques de míldio ou traça não foram devidamente controlados, o produto final tem uma menor qualidade e poderá apresentar problemas de conservação.

Nas culturas hortícolas (batata primor, feijão, couves, alface, ...), verificaram-se dificuldades de germinação e de desenvolvimento, que poderão determinar quebras de produtividade de 15 a 25% em algumas zonas. Também se verificou uma diminuição de área.

3.1.4 Culturas Permanentes

Nos pomares de prunóideas, nomeadamente de pêssago, estão previstas quebras de produtividade relativamente aos valores do quinquénio que, em certas zonas, poderão ser bastante significativas.

No caso das pomóideas, verificaram-se dificuldades na floração/polinização, o que se refletiu num deficiente vingamento em vários pomares, nomeadamente em certas zonas com peso na região. Estão previstas quebras de produtividade que deverão ser superiores a 30% em Trás-os-Montes, relativamente aos valores do quinquénio.

Verificou-se na cultura do kiwi, uma má polinização em alguns pomares. Os ventos fortes e a proliferação de doenças poderão ter afetado a produtividade. Prevê-se uma quebra de 5% na produção unitária, relativamente à média do quinquénio.

Nos frutos secos estão previstas quebras de produtividade relativamente aos valores do quinquénio.

No caso específico do castanheiro, a conjugação entre os níveis de humidade disponível nos solos e os valores de temperatura, irão determinar o potencial produtivo do presente ano. Prevê-se uma quebra superior a 30% na produtividade, comparativamente com a média do quinquénio.

Os amendoais da região apresentavam perspetivas de produtividade muito diferenciadas, conforme as zonas e as características dos solos onde os pomares se encontram instalados. Aponta-se para uma diminuição do calibre do miolo, em algumas zonas de produção. Prevê-se uma quebra da produtividade na ordem dos 14%, relativamente à média do quinquénio.

A cultura da vinha apresentava um desenvolvimento heterogéneo e um atraso de cerca de uma a duas semanas em várias zonas. Em algumas áreas os cachos apresentavam-se mais pequenos que no ano anterior, havendo variedades onde ocorreu algum desavinho. É também de referir as situações pontuais de prejuízos causados pela queda de granizo. Em certas zonas as quebras de produtividade poderão ser significativas, prevendo-se uma quebra de 16% para a vinha/vinho no conjunto da região, relativamente à média do quinquénio.

Quanto ao olival, as condições climatéricas desfavoráveis terão originado um deficiente vingamento do fruto, prevendo-se atualmente uma quebra na ordem dos 31%, no caso de produção destinada à obtenção de azeitona para conserva e de 45%, no caso de azeitona para azeite, relativamente aos valores do quinquénio.

3.1.5 Recursos Hídricos

As reservas hídricas encontravam-se em níveis inferiores aos do ano anterior, devido aos baixos valores de precipitação acumulada e também por ter sido necessário efetuar regas, que num ano normal não teriam ocorrido tão cedo.

3.2 Região Centro

3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Nas culturas forrageiras confirmam-se as quebras de produtividade superiores a 25%, em relação à média do quinquénio, em quase todas as zonas homogéneas, com exceção para o Baixo Vouga.

Nos prados a quebra foi menor que nas culturas forrageiras, devido à maior percentagem de área regada.

3.2.2 Cereais de Outono/Inverno

Com a colheita, confirmam-se as quebras de produtividade entre 15 a 50% nos cereais praganosos.

3.2.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Na região Centro prevê-se uma quebra na produtividade do milho. No que diz respeito ao milho de sequeiro, registou-se uma quebra na produção unitária em todas as zonas homogéneas, à exceção do Baixo Vouga. No milho de regadio, as quebras resultam não só da situação de seca, que levou a que nalguns casos não fosse possível efetuar as regas necessárias, sobretudo na altura da floração, mas também da ocorrência de outros fatores climáticos que afetaram o normal desenvolvimento vegetativo da cultura. As zonas a destacar como as mais afetadas são Pinhal, Alto e Baixo Dão Lafões e Beira Serra.

Registou-se uma forte quebra de produtividade na batata de sequeiro nas zonas homogéneas de Dão Lafões, Beira Serra, Alto Mondego, Serra da Estrela e Pinhal Sul, sendo mais ligeira noutras zonas por via das regas efetuadas. Na Cova da Beira praticamente toda a batata foi regada. A colheita da batata de regadio encontrava-se praticamente concluída. As quebras mais significativas ocorreram nas zonas homogéneas de Dão Lafões, Beira Serra, Riba e Cimo Côa e Cova da Beira.

A diminuição da área ocupada por hortícolas, bem como a quebra nas produtividades, foram visíveis apenas no Cimo e Riba Côa.

3.2.4 Culturas Permanentes

Nos citrinos os efeitos da seca fizeram-se sentir no Côa, Cova da Beira e, mais acentuadamente, na zona homogénea Campina e Campo Albicastrense, onde se estima uma quebra de produtividade superior.

Nas pomóideas a situação a destacar refere-se à maçã Bravo de Esmolfe, que registava quebras na produtividade em Dão Lafões, Cova da Beira e Campina e Campo Albicastrense. Também se estimam quebras de produção unitária na Beira Serra e Pinhal Sul em outras variedades. O frio causou lesões na maçã, sendo notório o típico “anel de fogo” nas variedades vermelhas e a carepa nas Golden, o que as desvaloriza comercialmente. No que se refere à pera também se prevê quebras de produtividade na Cova da Beira e Campina e Campo Albicastrense.

Quanto às prunóideas, na Cova da Beira e também no Pinhal Sul e na Campina e Campo Albicastrense, prevêem-se quebras na produção de pêssego, no entanto, na Beira Serra confirma-se o seu aumento.

A vinha encontrava-se com um desenvolvimento vegetativo muito heterogéneo, confirmando-se muito desavinho. Estima-se quebras na produtividade nalgumas zonas homogéneas, como sejam Beira Serra, Alto Mondego, Côa e Serra da Estrela, mas também se prevê um aumento significativo na produção unitária, comparativamente com a última campanha, na Campina e Campo Albicastrense e sobretudo na Cova da Beira.

No olival, os efeitos da seca e as condições menos favoráveis ocorridas na floração fizeram-se sentir mais acentuadamente nas zonas homogéneas de Pinhal Litoral, Dão Lafões, Alto Mondego, Serra da Estrela e Pinhal Sul. Face ao quinquénio, prevêem-se quebras entre os 15 e os 30%.

3.2.5 Recursos Hídricos

No que concerne à disponibilidade de água para rega verificaram-se situações diferentes nas distintas zonas homogéneas. Na zona homogénea de Baixo Mondego, a menor disponibilidade de água para rega começava a dificultar o número de regas. As explorações abastecidas por poços e furos tiveram de recorrer à água da rede de abastecimento público, com acréscimo dos encargos. Em Pinhal Litoral estima-se que a disponibilidade de água para rega nos poços, furos e charcas se situe entre os 10 e os 20%. Há explorações que recorreram à água da rede de abastecimento público para abeberamento dos animais. Em Campina e Campo Albicastrense, a quantidade de água armazenada nos poços e barragens situava-se entre 30 e 40%, face a um ano normal. Na zona homogénea da Beira Serra, os poços, exceto os localizados perto de linhas de água, perderam a capacidade de reposição da água, não permitindo as regas necessárias para as culturas. Ainda não se registaram dificuldades extremas no abeberamento dos animais. Nas zonas homogéneas de Riba e Cimo Côa, os poços, charcas e barragens para rega encontravam-se a cerca de 25% da sua capacidade, havendo situações em que estão completamente secos. Havia explorações que recorreram à água da rede de abastecimento público para abeberamento dos animais. Na área abrangida pelo regadio da Cova da Beira não havia dificuldade na obtenção de água. Na zona que não é abrangida pelo regadio, as charcas tiveram menos água armazenada e as nascentes debitaram abaixo do habitual nesta altura do ano, obrigando alguns produtores a cuidados acrescidos com as regas, em alguns casos espaçando-as mais do que o habitual e recomendável tecnicamente, prejudicando a produtividade das culturas. Não se registaram ocorrências de falta de água para abeberamento dos animais.

3.3 Lisboa e Vale do Tejo

3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Os prados e pastagens apresentaram um aspeto vegetativo mais normal. Este contributo para a alimentação animal estava a possibilitar a redução dos encargos com a aquisição de alimentos grosseiros e de concentrados provenientes do exterior.

Procedeu-se ao corte de diversos cobertos vegetais capazes de proporcionar forragens e fenos. A produção para autoabastecimento tem aumentado devido ao esgotamento dos *stocks* e ao aumento dos preços dos fenos e das palhas. No entanto, existiam situações em que não havia condições para a reposição de *stocks* necessários para serem utilizados mais tarde, no inverno.

3.3.2 Cereais de Outono/Inverno

As culturas instaladas no início do ano agrícola acabaram por ser colhidas para feno ou foram pastoreadas, pois apresentaram aspeto vegetativo fraco. As searas instaladas mais tarde beneficiaram da precipitação que ocorreu e a sua produtividade foi superior à das anteriores, sobretudo as semeadas em solos melhor preparados e com maior capacidade de retenção de água.

De uma forma geral, as searas apresentaram desenvolvimento vegetativo irregular. As produtividades, apesar de inferiores às do ano anterior, acabaram por não ser tão baixas como se esperava. A qualidade do grão foi boa.

A aveia, por ter atravessado todo o período de seca, apresentava pior desenvolvimento vegetativo e as áreas que subsistiram foram cortadas para feno.

Por toda a região, verificou-se o desvio, para obtenção de fenos e palhas, de searas inicialmente destinadas à produção de grão.

3.3.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Batata de sequeiro – Bom desenvolvimento vegetativo. Mantem-se a perspectiva de redução de área em relação ao ano anterior e a produção deverá ser inferior, mas com calibre uniforme.

Batata de regadio – Bom aspeto vegetativo. Prevê-se um bom ano de produção quer em qualidade quer em quantidade, face à campanha anterior. Os produtores estavam a ter encargos extra com a maior frequência dos tratamentos preventivos para o míldio. Na Península de Setúbal a cultura foi colhida, no entanto, muita batata acabou por ser deixada na terra pelo facto dos preços pagos ao produtor serem muito baixos.

O feijão apresentava desenvolvimento vegetativo bastante bom. A colheita já se tinha iniciado em alguns locais. Prevê-se a manutenção da área em relação à do ano anterior.

O tomate de indústria apresentava, de um modo geral, um bom desenvolvimento vegetativo e bom estado sanitário, com exceção de alguns locais da Península de Setúbal, onde se verificou a presença do vírus do bronzeamento, o que afetou a produção. Também se verificaram situações de escaldão dos frutos. Prevê-se um aumento da área e uma produtividade semelhante em relação ao ano anterior.

O milho de regadio tem um bom desenvolvimento. A área deverá ser ligeiramente superior, cerca de 5 a 15%, face à do ano anterior. Na Península de Setúbal, onde se previa uma redução da área do milho de regadio por receio de não existir água suficiente para a rega, as sementeiras realizaram-se com normalidade nos locais habituais.

O arroz apresentava um desenvolvimento vegetativo bom. As plantas germinaram bem e uniformemente. Na Península de Setúbal a água disponível começava a escassear. Prevê-se uma produtividade semelhante à da média do quinquénio.

Girassol: Bom desenvolvimento vegetativo, mesmo na cultura feita em sequeiro. Não se preveem variações significativas quer de área quer de produção em relação ao ano anterior.

3.3.4 Culturas Permanentes

O desenvolvimento vegetativo dos citrinos era normal, assim como a qualidade da produção, em especial nos que são regados. A produção era, no entanto, irregular. Algumas cultivares não deram flor na época própria.

O estado vegetativo dos pomares de pomóideas era bom, no entanto, verificou-se um menor vingamento dos frutos no caso das pereiras, que no Oeste e no Médio Tejo apresentavam quebras de produção importantes, entre 30 e 40%, principalmente nos pomares mais velhos. Os frutos apresentam calibre irregular o que poderá implicar que a colheita seja feita em duas fases.

No caso das prunóideas, os pomares de cultivares semi-precoces e semi-tardias encontravam-se na fase de maturação dos frutos. Nas tardias, os frutos ainda estão em crescimento. De um modo geral, o desenvolvimento vegetativo era bom. Na região Oeste verificavam-se quebras na produção de algumas cultivares de ameixeira. No Médio Tejo o vingamento dos frutos nos pessegueiros era fraco.

A rebentação da vinha encontrava-se um pouco atrasada em relação a um ano normal, no entanto, o aspeto vegetativo considerava-se bastante bom, ainda que nalgumas zonas o mesmo fosse irregular. Observava-se um razoável vingamento dos frutos, mas os bagos apresentavam menor calibre comparativamente com um ano normal. Verificaram-se algumas situações de escaldão dos frutos em julho. Na região Oeste, existia algum desavinho. Na Lezíria do Tejo e no Baixo Sorraia esperava-se um ligeiro aumento da produção.

O desenvolvimento vegetativo do olival era normal, embora se verificasse alguma irregularidade no vingamento dos frutos, relacionada com a exposição e localização dos olivais. Alguns produtores preveem um bom ano de produção, enquanto outros estimam quebras na mesma, dada a irregularidade na floração. Ainda não é possível ter um valor para a variação da produtividade.

3.3.5 Recursos Hídricos

O recurso à rega, embora normal para a época do ano, tem provocado a descida dos níveis de água armazenada nos reservatórios que já se encontram mais baixos do que seria de esperar. E como é normal nesta altura, não ocorrerá precipitação que compense os consumos.

Com os níveis de evapotranspiração atuais os solos continuam a perder uma quantidade importante de água.

Os horticultores que recorrem essencialmente à água de fontes de abastecimento superficiais receiam não poder manter o ritmo e dotação de água de rega em setembro. A disponibilidade de água é inferior ao normal para a época.

3.4 Alentejo

3.4.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.

Os prados e pastagens naturais de sequeiro encontravam-se, na sua grande maioria, esgotados. No que se refere às culturas em regadio a situação era ligeiramente melhor, no entanto, a situação deverá piorar devido à insuficiente disponibilidade de água para as necessidades das plantas. A maioria das charcas e das barragens está praticamente seca.

Verificava-se uma antecipação de 40 a 60 dias da época de suplementação dos efetivos pecuários, resultado do esgotamento antecipado das pastagens e da diminuição da quantidade dos restolhos de cereais. A situação era de carência geral e muito preocupante quanto ao futuro, uma vez que continuavam a ser consumidos os alimentos forrageiros produzidos, em menor quantidade este ano, e que iriam constituir as reservas para os períodos do ano em que as carências são normais. O consumo de alimentos concentrados foi aumentando à medida que se iam consumindo as palhas e os restolhos dos cereais, com acréscimos de custos consideráveis, agravados pela subida dos preços destes alimentos.

3.4.2 Cereais de Outono/Inverno

Confirmam-se as quebras na produção dos cereais praganosos de outono-inverno. As produções foram bastante inferiores às registadas no último ano devido à diminuição das áreas semeadas e à quebra de produtividade originada pelas condições climatéricas extremamente adversas que se verificaram ao longo de toda a campanha.

Salienta-se ainda que muitas searas não foram ceifadas pelo facto da baixa produção e da má qualidade do grão não justificarem a colheita, tendo sido desviadas para fenação ou pastoreio.

3.4.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

As culturas de regadio, cujas áreas de sementeira foram devidamente programadas face às disponibilidades de água existentes, nomeadamente o milho grão, o arroz e o tomate, apresentavam um bom aspeto vegetativo, perspetivando-se produtividades normais para a região. Nos locais onde esse cálculo não foi efetuado com tanto rigor, algumas culturas poderão ficar comprometidas ou no caso do milho foram desviadas para silagem.

As culturas de sequeiro apresentavam um estado vegetativo debilitado, resultado do défice hídrico verificado.

3.4.4 Culturas Permanentes

Estas culturas apresentavam um aspeto vegetativo regular, no entanto, também se ressentiram da seca prolongada. Em algumas explorações, a disponibilidade de água para rega tem decresceu não permitindo fazer face, em pleno, às necessidades hídricas destas culturas.

Quanto ao olival de sequeiro, as árvores tiveram, de um modo geral, boas florações, mas os vingamentos foram bastante fracos, resultado da ação conjunta dos fatores

seca, ventos moderados a fortes, elevadas amplitudes térmicas e vagas de calor verificadas nos meses de junho, julho e agosto (temperaturas superiores a 40 °C). Nos olivais de regadio quer a floração quer os vingamentos foram regulares.

As elevadas temperaturas associadas à falta de humidade no solo, prejudicaram o desenvolvimento vegetativo da vinha para vinho, que não apresentava um crescimento equilibrado e vigoroso. A frutificação era muito heterogénea e as uvas têm calibre pequeno para a época do ano. Prevê-se uma quebra na produtividade de aproximadamente 11% relativamente à média do quinquénio.

3.4.5 Recursos Hídricos

Nas barragens de grande e média dimensão, o volume de armazenamento de água existente não colocava em risco, na generalidade das situações, o abeberamento dos efetivos pecuários.

Nas explorações que regaram as culturas de outono-inverno, o volume de água disponível não foi suficiente para uma plena campanha de regadio das culturas de primavera/verão. Esta situação conduziu à redução das áreas ocupadas com as mesmas e/ou à opção por culturas menos exigentes em água.

Nas barragens de pequena dimensão e charcas praticamente não existiu reposição de água e as perdas são consideráveis (evaporação e infiltração). As suas reservas foram utilizadas para a rega de culturas de outono-inverno e abeberamento de efetivos pecuários. As reservas estavam praticamente esgotadas.

Relativamente ao abeberamento dos efetivos pecuários, apesar de ainda não serem conhecidos casos extremos de completa inexistência de recursos hídricos na própria exploração, verificava-se uma diminuição generalizada. Apesar de se assistir a um agravamento da situação, de uma forma geral e até à data, as necessidades de água para abeberamento dos efetivos pecuários foram supridas com meios da própria exploração, procedendo, em muitos casos, ao seu transporte e criação de pontos de abeberamento alternativos, com recurso a cisternas e depósitos.

3.5 Algarve

3.5.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Os prados e as pastagens naturais de sequeiro encontravam-se esgotados, não sendo possível suprir as necessidades dos efetivos animais.

Os restolhos dos cereais, que nesta fase do ano costumavam ser determinantes no contributo para a autossuficiência alimentar dos animais que efetuam pastoreio, foram também utilizados até ao limite, sobretudo pelos pequenos ruminantes.

Recorreu-se aos alimentos armazenados (palhas e fenos), nos casos em que houve alguma produção própria, a algumas forragens de regadio e também a alimentos adquiridos. Aumentou significativamente a compra de palhas, de fenos, proteaginosas e de rações industriais destinados à alimentação animal. A situação é muito difícil e preocupante para os produtores pecuários.

São principalmente os produtores pecuários de bovinos que tiveram maior necessidade de obtenção de alimentos conservados e concentrados, sobretudo quando não dispunham de pastagens ou forragens que fornecessem matéria verde em quantidade suficiente para as necessidades alimentares desses efetivos.

3.5.2 Cereais de Outono/Inverno

Os cereais de outono/inverno encontravam-se colhidos. Mantém-se a previsão de quebra de produtividade em todos os cereais praganosos.

3.5.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Em relação ao ano agrícola anterior, estas culturas apresentavam as variações que se seguem.

O milho de sequeiro já se encontrava colhido. As quebras de produtividade situam-se entre 50 e 60%.

O milho de regadio apresentava bom desenvolvimento vegetativo e estado sanitário sem problemas. Prevê-se uma produção por hectare semelhante à do ano anterior.

O arrozal apresentava um bom desenvolvimento vegetativo, prevendo-se uma área semelhante à do ano anterior. Estava com um ligeiro atraso face a um ano normal, mas os bagos encontravam-se com um bom calibre.

A maior parte do melão tinha sido colhido. Prevê-se para o melão de sequeiro uma produtividade inferior à do ano anterior. Relativamente ao melão de regadio, a produção unitária deverá ser semelhante.

Batata de regadio: As produtividades da batata nova deverão ser semelhantes às de um ano normal ou ligeiramente inferiores. A colheita da batata de conservação encontrava-se concluída e preveem-se os mesmos níveis de produtividade do ano anterior ou um pouco inferiores em alguns casos. Começaram as plantações de batata de regadio a partir do dia 15 de agosto, com colheita prevista para antes do final do ano.

3.5.4 Culturas Permanentes

A colheita na maior parte dos pomares de citrinos das variedades mais tardias (Valência Late e Rhodes) encontrava-se terminada. Apenas algumas áreas, essencialmente de D. João e Valencia Late, pertencente a comerciantes arrendatários, aguardavam a colheita. Os frutos apresentavam calibre pequeno. Prevêem-se quebras de produtividade relativamente à média do quinquénio da ordem dos 15 a 30%. As variedades de citrinos extra temporãs e temporãs (Hashimoto, Okitsu, Satsuma, Marisol, Newhall, Clementinas, Tangera,...) apresentavam um bom estado vegetativo. Prevê-se diminuição da produção, comparativamente a um ano normal, sobretudo na Newhall, devido ao abortamento da floração e à queda de pequenos frutos, em resultado das altas temperaturas verificadas na 1.ª semana de maio.

Nos pomares de prunóideas espera-se uma produção semelhante à do ano anterior em todas as espécies e em todas as áreas geográficas.

O olival apresentava um desenvolvimento vegetativo normal para esta época do ano, no entanto, em determinadas zonas e locais já se observavam frutos desidratados. Os frutos tinham bom calibre, no entanto, o número de frutos vingados era inferior ao da campanha anterior. O olival apresentava heterogeneidade produtiva. Prevê-se uma diminuição da produtividade de 25 a 30% comparativamente com o quinquénio.

A vinha para uva de mesa apresentava um bom estado vegetativo. As produtividades deverão ser semelhantes às do ano anterior.

Vinha para vinho: Na segunda semana do mês alguns produtores iniciaram a vindima nas castas que se destinavam à laboração de vinhos espumantes, tendo continuado ao longo do mês com a vindima noutras castas destinadas aos restantes vinhos. As primeiras castas a serem colhidas foram as mais precoces como a Aragonez e a Arinto. No final do mês a vindima decorria, principalmente nas castas Castelão, Touriga Nacional e Syrah. A maioria dos produtores iniciou a vindima na última semana do mês e outros irão efetuar esta operação em setembro. As vindimas estavam com um atraso de uma a duas semanas comparativamente com o ano anterior.

A uva, de uma forma geral, apresentava excelente qualidade, prevendo-se que, após o processo de laboração, surjam vinhos de superior qualidade. No entanto, a uva apresentava calibre mais pequeno. Prevê-se uma quebra na produtividade entre 10 a 15%, face à média do quinquénio. Essa quebra de produção poderá ser um pouco superior nas castas de vinho tinto.

A colheita da amêndoa encontrava-se concluída. Perspetiva-se um ano com diminuição de produtividades na ordem dos 10 a 30% para toda a região, relativamente ao quinquénio 2006/07 a 2010/11, devido ao facto da maioria dos pomares estarem bastante envelhecidos. Este ano praticamente não ficaram áreas por colher.

A alfarrobeira apresentava um aspeto vegetativo que indicava algum *stress* hídrico. A colheita estava praticamente concluída. Os frutos apresentavam qualidade inferior à do ano anterior e menor calibre. Prevê-se uma quebra na produção na ordem dos 35 a

43% em relação ao quinquénio considerado, devido fundamentalmente aos efeitos da seca.

No figueiral existiam muitos frutos vingados, mas o calibre dos frutos deverá ser inferior, pois as árvores revelavam algum *stress* hídrico, sobretudo nos pomares tradicionais de sequeiro. Prevê-se uma diminuição da produtividade nos pomares de sequeiro na ordem dos 10% a 30%, comparativamente com a média do quinquénio. O figo que não foi colhido e ainda se encontrava nas árvores estava completamente maduro e entrou na fase de secagem.

3.5.5 Recursos Hídricos

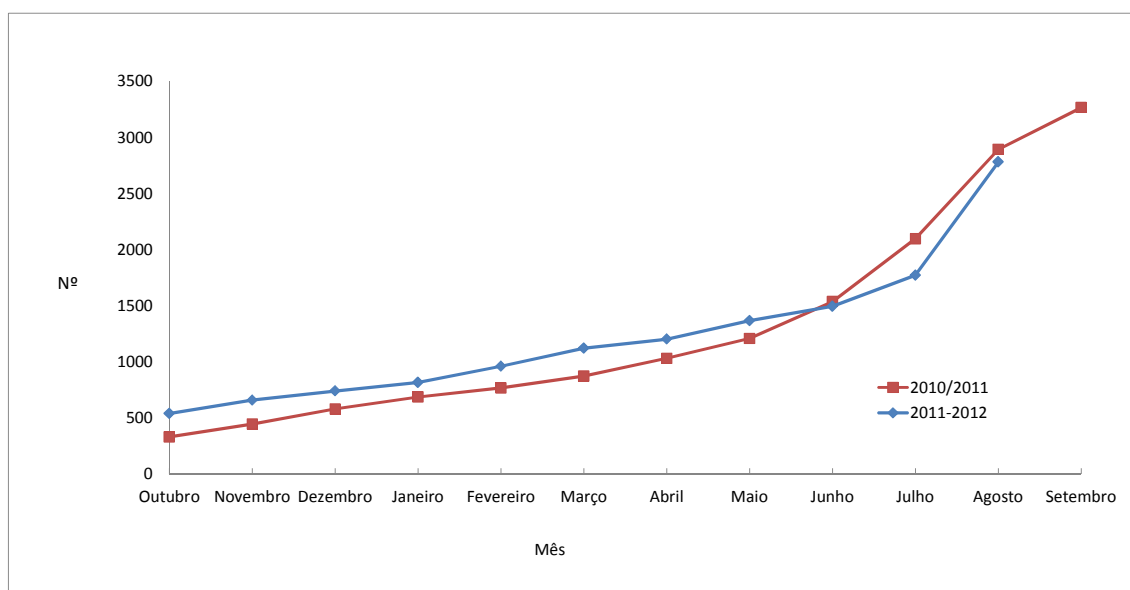
A situação tem vindo a agravar-se comparativamente com os meses anteriores. Ao nível das barragens privadas de grande, média e pequena dimensão, apesar de na maioria dos casos continuar a haver água armazenada suficiente para as necessidades de abeberamento dos efetivos animais, já foram solicitados pedidos de ajuda por parte de produtores.

Apesar de existirem situações de diminuição e falta de água nas explorações, na generalidade dos casos estas têm vindo a ser minimizadas e resolvidas pelos produtores (transporte através de depósitos) ou pelas autarquias e bombeiros.

4. ABASTECIMENTOS DE POPULAÇÕES POR AUTOTANQUE

Em termos estatísticos, o número de abastecimentos alternativos de água para consumo humano, efetuadas tipicamente por corpos de bombeiros, permanecem com um comportamento relativamente regular face ao observado em outros anos.

Valores acumulados de abastecimentos a populações por autotanque

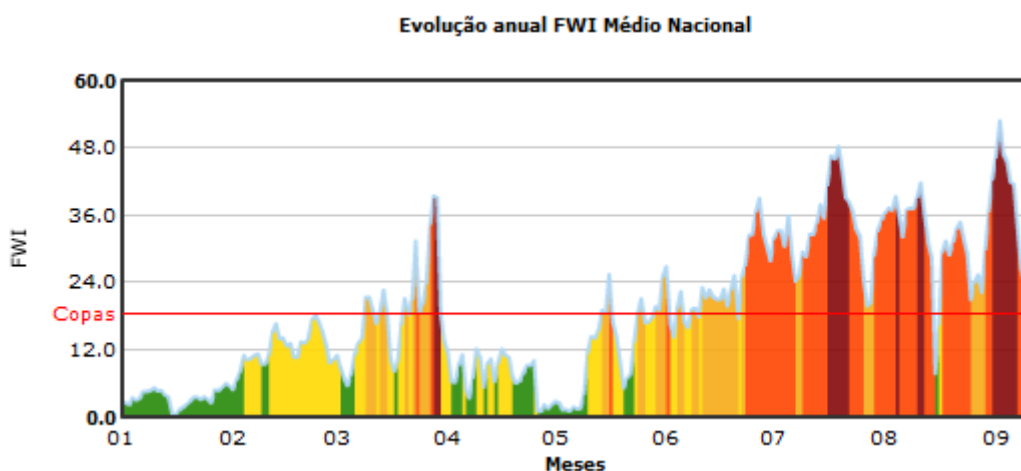


Fonte: Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

No comparativo dos anos hidrológicos 2010/2011 e 2011/2012 para o total acumulado do número de abastecimentos a populações por autotanque, em Portugal Continental, desde o início do ano hidrológico, continuam a observar-se comportamentos análogos de ambos os registos, com uma ligeira anomalia negativa, isto é, menos abastecimentos alternativos para o presente ano hidrológico, mas sem significado estatístico aparente, pelo que se pode inferir a limitação da atual seca à componente agrícola.

6. INCÊNDIOS FLORESTAIS

Durante o mês de agosto o índice meteorológico de risco de incêndio (FWI¹) médio nacional raramente atingiu valores da classe de maior gravidade. As situações de índice de risco mais graves, até à data, registaram-se no fim do mês de março, no mês de julho e nos primeiros dias de setembro. Inclusivamente no meio do mês de agosto houve dias consecutivos com o índice médio nacional na classe menos severa.



Fonte: ICNF

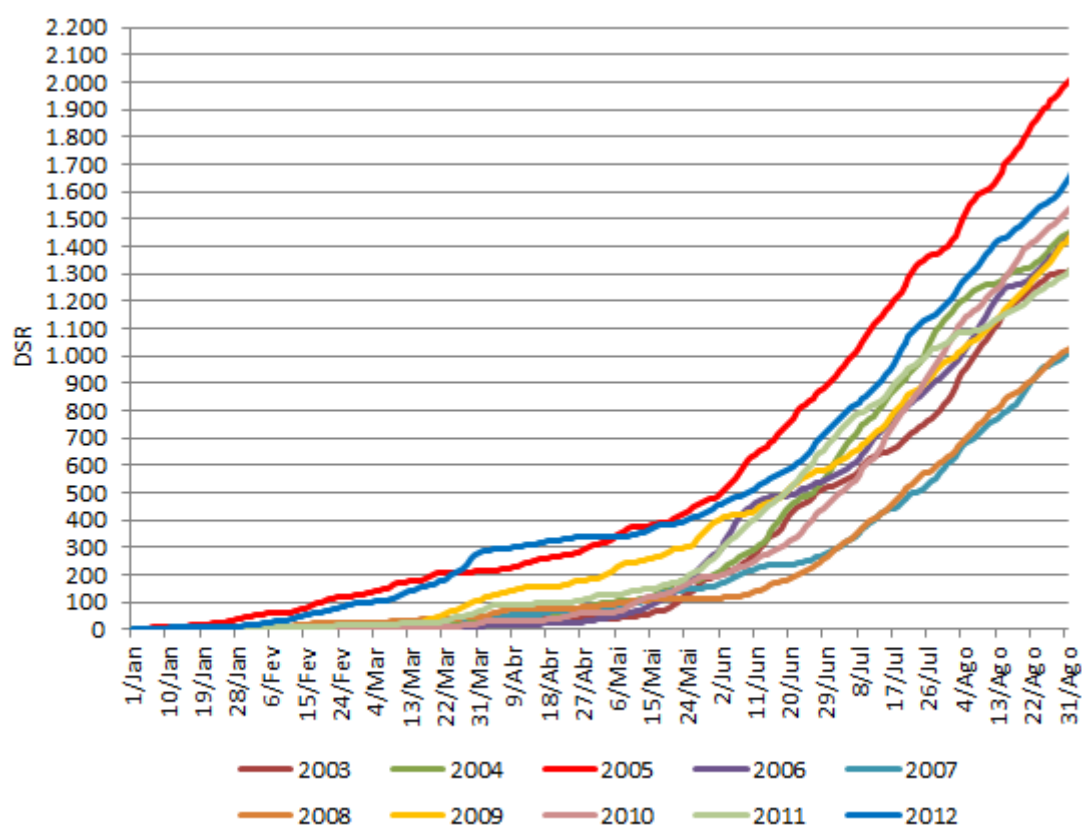
As condições meteorológicas têm uma relação muito direta com o número de ocorrências. A população portuguesa está, hoje em dia, consciencializada para o problema dos incêndios florestais e seus impactos, no entanto existem ainda claras deficiências na adequação das suas práticas às situações meteorológicas. Em Portugal as causas estão fortemente relacionadas com atividades e comportamentos humanos, entre 98% e 99%, mas enquanto numa situação meteorológica favorável estas atividades não originam incêndios, nas situações meteorológicas mais desfavoráveis estas resultam, frequentemente, em incêndios florestais.

¹ O índice meteorológico de risco de incêndio, vulgarmente definido pela sigla FWI (Fire Weather Index) foi desenvolvido pelo Serviço Canadano de Florestas e estima o risco de incêndio a partir do estado dos diversos combustíveis presentes no solo florestal, determinado indiretamente através dos dados meteorológicos às 12UTC das várias estações. A classificação inclui 5 classes de risco (reduzido, moderado, elevado, muito elevado e máximo) em função da dificuldade de supressão do incêndio.

Os dados meteorológicos comparativos da última década mostram o ano de 2012 como o segundo mais severo dos últimos dez anos precedido apenas pelo ano de 2005, de acordo com a análise do Índice de Severidade Diário (DSR).

É visível o desagravamento registado no mês de agosto, pela observação do declive menos acentuado da linha do DSR (ver figura que se segue), aproximando-a dos valores mais frequentes.

Evolução do Índice de Severidade Diário (DSR) entre 2003 a 2012



Fonte: AFN

A situação de seca que se fez sentir nos primeiros meses do ano, essencialmente entre janeiro e abril, em todo o território de Portugal Continental, teve um impacto nos elevados valores registados. Tratando-se de um índice cumulativo é influenciado pelo historial.

Comparando as ocorrências e as respetivas áreas ardidas de 2012 com os valores médios do decénio 2002-2011, registaram-se menos 1 277 ocorrências e arderam menos 49 577 hectares de espaços florestais.

As diferenças são mais evidentes na área ardida do que no número de ocorrências. O ano de 2012 registou quase 1,7 vezes menos área ardida do que a média dos últimos dez anos, essencialmente em virtude da menor área ardida de mato (que é quase duas vezes e meia inferior à média).

ANO	Nº ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Incêndios	Fogachos	Total	Povoamento	Mato	Total
2002	5.866	17.873	23.739	63.019	54.829	117.848
2003	4.209	16.966	21.175	256.819	121.470	378.289
2004	3.604	13.160	16.764	52.774	61.266	114.040
2005	6.768	22.709	29.477	189.419	111.611	301.030
2006	2.930	14.098	17.028	34.458	35.269	69.727
2007	1.050	6.682	7.732	6.031	7.061	13.092
2008	1.618	8.397	10.015	3.350	6.838	10.188
2009	3.588	12.568	16.156	16.853	39.887	56.740
2010	3.119	14.295	17.414	44.921	80.304	125.225
2011	2.579	12.371	14.950	11.699	28.447	40.146
2012*	3.425	12.743	16.168	27.736	45.319	73.055
Média decénio (2002-2011)	3.533	13.912	17.445	67.934	54.698	122.632
nº vezes inferior à média	1,0	1,1	1,1	2,4	1,2	1,7

Fonte: SGIF

*dados provisórios. Está contabilizada a ocorrência registada em Catraia (Tavira) na qual se estimou, com recurso a imagens de satélite, que terão ardido cerca de 23.958ha, dos quais 21.562ha em espaços florestais (6.708ha de povoamento e 14.854ha de mato).

Em termos distritais, Faro é o que apresenta maior área ardida (22 181 ha), sendo que 98% resulta do grande incêndio, onde se estima que terá afetado cerca de 21 562 ha de espaços florestais. Os distritos de Braga e Bragança mantêm valores de área ardida também preocupantes.

Distrito	Nº ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Incêndios	Fogachos	Total	Povoamento	Mato	Total
Aveiro	138	1.401	1.539	776	282	1.058
Beja	11	36	47	48	16	64
Braga	463	1.200	1.663	4.052	3.923	7.975
Bragança	398	395	793	1.857	8.859	10.716
Castelo Branco	51	317	368	876	536	1.412
Coimbra	74	571	645	2.508	438	2.946
Évora	14	36	50	330	2	332
Faro	55	420	475	6.360	15.821	22.181
Guarda	283	213	496	1.265	3.170	4.435
Leiria	87	489	576	470	317	787
Lisboa	185	696	881	189	548	737
Portalegre	15	55	70	1.077	17	1.094
Porto	301	3.069	3.370	1.238	1.124	2.362
Santarém	73	541	614	1.096	770	1.866
Setúbal	30	563	593	213	118	331
Viana do Castelo	319	646	965	766	2.046	2.812
Vila Real	535	829	1.364	2.765	3.208	5.973
Viseu	393	1.266	1.659	1.850	4.124	5.974
Total	3.425	12.743	16.168	27.736	45.319	73.055

Fonte: SGIF
Dados provisórios

7. MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA

7.1 Apresentação

Apresenta-se, em Anexo, o ponto de situação das medidas tomadas para atenuar os efeitos da seca.

Esta informação encontra-se no sítio da internet do GPP, que está em permanente atualização, procurando expor-se dados detalhados sobre todas as medidas tomadas pelo MAMAOT. As orientações mais específicas para as candidaturas encontram-se nos sítios da Internet dos organismos diretamente responsáveis.

7.2 Divulgação

Para além da disponibilização de informação geral na página de internet do GPP e de informação mais detalhada nas páginas dos organismos responsáveis por cada medida, tem-se contado com o apoio das Confederações e Associações de agricultores na sua divulgação.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), enquanto entidade representada na Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Prevenção da Seca, também está a prestar apoio ao MAMAOT na disseminação das medidas adotadas, via internet e utilizando um edital nos Municípios e nas Juntas de Freguesia.

ANEXOS

Anexo I - Variação da Área Semeada

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-2	-5 a +35	-21 a -8	0	0
Prados temporários ⁽¹⁾		-15 a -5	-3	0	0
Pastagens permanentes ⁽¹⁾		-5		0	0
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-14	-45 a +5	-42	-39	-2
Trigo duro			-88	-48	0
Triticale		-30 a -10	-33	-13	+20
Aveia	-8	-45 a +5	-89	-2	-63
Centeio	-13	-45 a -5	-64	-29	-64
Cevada	-32	-45 a -5	-71	-61	-33
Cereais primavera/verão:					
Milho sequeiro	+10	-50 a -20	-8		
Milho regadio	-16	-20 a +5	+16	+38	
Arroz		0	+21	+1	
Girassol			-38	+4	
Batata:					
Batata sequeiro	-7	-80 a +10	-47	-91	-63
Batata regadio	-7	-30 a +20	+4	-69	-24
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-20	-5			
Favas				-20	+7
Ervilhas				-20	-27
Feijão			-19	-23	
Melão			-9	+5	
Tomate para indústria			+1	-47	

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

⁽¹⁾ Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

Anexo II - Variação da Produtividade

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-30 a -20	-65 a -10	-30 a -10	-42	-53 a -45
Prados temporários ⁽¹⁾	-32 a -27	-80 a -25	-9	-40	-65 a -55
Pastagens permanentes ⁽¹⁾	-32 a -27	-70 a -25		-60	-70 a -60
Cereais Outono/Inverno:					
Trigo mole	-34	-50 a -15	-63	-34	-52 a -50
Trigo duro			-66	-33	-52 a -50
Triticale		-40 a -15	-51	-43	-52 a -50
Aveia	-28	-50 a -15	-38	-39	-47 a -45
Centeio	-16	-50 a -15	-19	-69	-47 a -45
Cevada	-32	-50 a -15	-26	-34	-52 a -50
Cereais de Primavera/Verão					
Milho grão sequeiro	+3	-55 a -20	+47		
Milho grão regadio	+18	-40 a -5	0	+11	
Arroz		-10	-1	0	
Batata:					
Batata sequeiro	-3	-76 a -5	+30	-16	-55 a -40
Batata regadio	+5	-30 a -15	-21	-1	-5
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-25 a -20	-15			
Favas				-80	-60 a -50
Ervilhas				-80	-60 a -50
Tomate para indústria			+1	+9	
Hortícolas Estufa ⁽¹⁾	-15				
Culturas Permanentes					
Citrinos	-20	-20 a -5	+6 a +15		-30 a -15
Vinha uva de mesa	-9	-20 a +10	-28	+6	
Vinha uva de vinho	-16	-20 a +10	-42	-11	-15 a -10
Prunóideas		-35 a +20			-10 a -5
Pessegueiro	-12	-25 a -10	-25	-3	
Cerejal	-14	-35 a -10	+7	0	
Pomóideas		-10			-10 a -5
Macieiras	-27	-30 a -10	+13	-6	
Pereiras	-23	-25 a -5	-21	-7	
Amendoal	-14		+4		-30 a -10
Alfarrobal					-43 a -35
Figueiral	-30 a -20				-30 a -10
Castanheiro	-34				
Subtropicais					-20 a -15
Olival sequeiro	-45 a -31	-30 a -15		-40	-30 a -25

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

(1) Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

MEDIDAS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS NEGATIVOS DA SECA

(Em permanente atualização no sítio do GPP)

Anexo III -Medidas de Derrogação Administrativa

Modo de Produção Biológico (MPB)

1. Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais para animais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais na alimentação de ruminantes em Modo de Produção Biológico, mediante solicitação do produtor ao Organismo de Controlo, devidamente fundamentado, em formulário próprio.	Em vigor Aviso n.º4779/2012, do GPP, D.R. 2ª série, 29 de março Comunicação à CE	Aplicação ao território nacional por um período de duração máxima de 10 meses, com efeitos retroativos a 1 de fevereiro

Produção Integrada (PRODI)

1. Derrogação temporária de normas para alimentação animal

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Derrogação temporária de algumas normas para alimentação animal em Modo de Produção Integrada (PRODI), mediante requerimento dos interessados, não pondo em causa os princípios gerais deste modo de produção.	Em vigor Despacho DGAV de 23/03/2012	Transitoriamente até 31 dezembro de 2012

2. Derrogação temporária de utilização de produtos fitofarmacêuticos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Derrogação temporária da proibição de utilização de produtos fitofarmacêuticos para controlo de infestantes /pragas/doenças em agricultura em Modo de Produção Integrada (PRODI) mediante pedido de autorização devidamente fundamentado, formulado pelo produtor.	Em vigor Comunicado da DGADR	Durante período de ocorrência de seca

Regime de Pagamento Único (RPU)

Flexibilização da gestão de pagamentos diretos - prémios animais:

1. Diminuições temporárias dos efetivos pecuários

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais): Não penalização por subutilização de direitos ao prémio por ovelha e cabra e ao prémio à vaca aleitante (para 2012 a utilização mínima de direitos é de 70%), o que implicaria a perda dos direitos não utilizados para a Reserva Nacional.	Em vigor Despacho Normativo nº. 8/2012 do MAMAOT de 30/03/2012 D.R. 2ª série nº. 12 de 11 de abril	A título excecional, prémios de 2012

2. Períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais): Flexibilização das obrigações de cumprimento de períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações. Retenção vacas em aleitamento - 5 meses em vez de 6, a partir de 1 de fevereiro Retenção ovelhas e cabras – 80 dias em vez de 100, a partir de 30 de abril	Em vigor Aprovado em Comité de Gestão de Pagamentos Diretos Em 30 de maio	Aplicável às candidaturas de 2012

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

1. Medida n.º 2.1 - "Manutenção da atividade agrícola em Zonas Desfavorecidas" - Áreas de pousio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.1 - "Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas", do PRODER - Suspensão sobre o limite que impende sobre a elegibilidade das Áreas de Pousio.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

2. Ação n.º 2.2.1 - "Alteração dos Modos de Produção Agrícola" - Tabela de produção de referência

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.1 - "Alteração de Modos de Produção Agrícola", do PRODER - Suspensão da obrigação de comercializar a produção obtida de acordo com os valores da tabela de referência divulgada no sítio do PRODER. Nas áreas semeadas de cereais que não são colhidas devido à seca, é possível o seu pastoreio, desde que não sejam ultrapassados os níveis de encabeçamento previstos na regulamentação em vigor e que não seja colocado em risco o cumprimento dos restantes compromissos assumidos no âmbito da ação em causa.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

3. Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica" - Cabeças normais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento do dever de manter o número de cabeças normais inicialmente declaradas.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

4. Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos" - Densidades

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento das Densidades previstas nos Planos de Gestão Florestal, por operações de florestação ou de reflorestação.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

5. Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Encabeçamentos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Não aplicação de sanções por incumprimento dos encabeçamentos mínimos.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

6. Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Ajustamentos pontuais de compromissos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - As Estruturas Locais de Apoio podem definir orientações e autorizar ajustamentos de compromissos mediante a análise das situações concretas e a evolução da situação climática.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

Outras

Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Pastoreio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Consentir o pastoreio, que não apenas por gado ovino, nas Áreas de Intervenção de Projetos de Florestação de Terras Agrícolas (Reg. 2328/91, Reg. 2080/92 e RURIS-FTA), mediante a verificação de determinadas condições (altura do povoamento, fase de desenvolvimento, cumprimento do POG) e salvaguardando que esta atividade não é elegível para qualquer outro tipo de apoios.	Para os projetos RURIS-FTA já é admissível o pastoreio por gado ovino, para efeitos de controlo da vegetação espontânea, a partir do último prémio à manutenção. Os beneficiários responsabilizam-se pela manutenção e proteção dos povoamentos. Esta determinação pode ser extensível ao Reg. 2328/91 e Reg. 2080/92 Propostas de portarias concluídas	Em contínuo

Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Adensamento

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Prorrogação do prazo concedido para regularização dos projetos que não apresentavam as densidades mínimas legalmente previstas, por mais um ano _ Regulamento (CEE) nº 2080/92-, só a aplicar a projetos na Fase de Manutenção nas duas situações: Opção de não proceder à reposição da densidade pela forte probabilidade de insucesso devido à seca; Realização da retancharia, mas que vistoria subsequente efetuada pela entidade competente tenha confirmado insucesso devido a seca, havendo lugar, a título excecional, do pagamento do Prémio à Manutenção	Em vigor Comunicação, pelo IFAP, às DRAP dos procedimentos a adotar em sede de controlo	Campanha 2011-2012

Anexo IV - Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras

Regime de Pagamento Único (RPU)

1. Antecipação do Pagamento RPU 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios RPU 2012 - Pagamento de 50% do Pagamento Único 29/10 a 02/11/2012 (238 Meuro)	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Ponto agendado para reunião CMA Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7 Publicado em Reg. (EU) 776/2012, da Comissão, de 27/08 (adiantamento de um mês)	Aplicável às candidaturas de 2012

Ajudas Diretas

1. Antecipação do Pagamento dos Prémios Ovelha e Cabra 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - 50% do prémio por ovelha e cabra 29/10 a 02/11/2012 (14,5 Meuro prémio ovelha e cabra)	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7 Publicado em Reg. (EU) 776/2012, da Comissão, de 27/08	Aplicável às candidaturas de 2012

2. Antecipação do Pagamento dos Prémios Vaca Aleitante 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - Aumento de 60% para 80% do adiantamento do prémio à vaca em aleitamento 29/10 a 02/11/2012 [17,6 Meuro prémio vaca aleitante (acrécimo de 20%)]	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7 Publicado em Reg. (EU) 776/2012, da Comissão, de 27/08	Aplicável às candidaturas 2012

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

1. Flexibilização de prazos, nas diferentes medidas PRODER, para realização dos investimentos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Os efeitos associados à seca constituem fundamento suficiente para a prorrogação do prazo de execução das componentes dos investimentos associadas a plantações de culturas permanentes e plantações florestais. De acordo com os procedimentos para a realização de investimentos (Orientações Técnicas Gerais nº 6 e 7, disponíveis no site do PRODER), o promotor pode pedir um adiamento do prazo para a realização de investimentos, desde que o respetivo pedido, apresentado no Módulo de Alterações do Balcão do Beneficiário, seja devidamente fundamentado e exista evidência clara de que o projeto vai ser executado.	Em vigor Informação no sítio do PRODER	Autoriza flexibilização dos prazos até, no máximo, 31/03/2015

2. Ação n.º 1.1.2 – “Apoio aos investimentos de pequena dimensão” - Prioridade equipamento rega e armazenamento de água

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ação n.º 1.1.2 - "Apoio aos investimentos de pequena dimensão", do PRODER Na hierarquização dos pedidos de apoio constituem 1ª prioridade os investimentos associados à captação, retenção, transporte e distribuição de água.	Em vigor Concurso aberto a 22 maio Informação no sítio do PRODER	Desde 1 janeiro de 2012, em contínuo

3. Medida nº 2.1 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas 32, 819 Meuro	Efetuada Pagamento efetuado a 27/04/2012 (Anteriormente agendado para 28/05 a 01/06/2012)	Saldo 2011

4. Ação nº 2.2.2 - Proteção da Biodiversidade Doméstica

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Valorização de Modos de produção: Proteção da Biodiversidade Doméstica 1,772 Meuro	Efetutado Pagamento efetuado a 20/04/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012)	Saldo 2011

5. Medida nº 2.2 – Valorização dos Modos de produção, Ação nº 2.2.1 Alteração dos Modos de Produção Agrícola e Ação nº 2.2.4 Conservação do Solo, e Medida nº 2.4 Intervenções Territoriais Integradas

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas 20,752 Meuro	Efetutado Pagamento efetuado em 31/05/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012)	Saldo 2011

6. Medida nº 2.1 Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70% 75 Meuro	Efetutado Pagamento efetuado em 30/07/2012 (Anteriormente previsto para 24 a 28/09/2012)	2012

7. Medidas Agro e Silvo Ambientais - Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70% 2,6 Meuro	Pagamento de 29/10 a 02/11/2012 (datas previsionais) (Anteriormente previsto para 05 a 09/11/2012)	2012

8. Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo;
Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70% 39 Meuro	Pagamento de 24 a 28/09/2012 (datas previsionais) (Anteriormente previsto para 19 a 23/11/2012)	2012

Anexo V - Medidas de Caráter Nacional

Apoio à pecuária

1. Subvenção a Fundo Perdido aos Produtores Pecuários de Ruminantes

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ajuda Nacional aos produtores pecuários de ruminantes para compensar custos adicionais com alimentação por escassez de pastagem - ajuda forfetária - subvenção a fundo perdido. Montante total de 20 Meuro	Pagamento efetuado Despacho Normativo nº. 5/2012 de 04 de abril, DR, 2ª série nº. 71 de 10 de Abril Apresentação dos pedidos até 20 dias de calendário contados da entrada em vigor do diploma Despacho Normativo nº 13/2012 de 28 maio, DR nº 106, 2ª série de 31 de maio, que altera o Despacho Normativo nº5/2012 Condições de elegibilidade e forma de acesso disponíveis no sítio do IFAP	

2. Linha de Crédito para Alimentação Animal

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Linha de Crédito para Alimentação Animal, com bonificação de juros Dirigida a operadores do setor de pecuária extensiva (bovinicultura, equinicultura, ovinicultura, caprinicultura e suinicultura) e apicultura. O montante de crédito poderá atingir 30 Meuro Poderão ainda vir a aceder à presente linha de crédito operadores que exerçam outras atividades agrícolas, nos termos e condições a definir por portaria do MAMAOT O montante global do crédito (pecuária e outras atividades a definir) não poderá exceder 50 Meuro	Em vigor Decreto-lei nº 101/2012, de 05/04, DR nº92, 1ª série, de 11/05 Candidaturas até 30 de abril, prorrogadas posteriormente até 15 de junho e alterada por circular até 15 de outubro Circular e formulário para crédito para alimentação animal disponíveis no sítio do IFAP Os contratos devem ser celebrados entre as instituições de crédito e os mutuários até 15 de dezembro e remetidos ao IFAP até 31 de dezembro.	Data limite de utilização do crédito 31 dezembro 2012. O crédito pode ser utilizado de forma faseada, até quatro utilizações, a realizar no prazo máximo de quatro meses após a data de celebração do contrato.

Redução de custos de produção

1. Ajuda à Eletricidade

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ajuda à eletricidade - compensar os custos de eletricidade utilizada na atividade agrícola, pecuária e aquícola, exercida diretamente nas explorações agrícolas, pecuárias e aquícolas. O valor da ajuda é equivalente a 40% do valor do consumo faturado, excluindo o IVA (5 Meuro) (Enquadramento jurídico regime de <i>minimis</i>)	Em vigor Despacho MAMAOT nº 11151/2012, D.R. nº158, 2ª série, 16/08 Candidaturas a 10/09 a 31/10	Período elegível: setembro 2011 a março de 2012

2. Isenção de Taxa de Recursos Hídricos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Taxa de Recursos Hídricos - isenção da taxa na agricultura Os utilizadores que já efetuaram o pagamento deverão solicitar a sua devolução à entidade que liquidou a TRH. Os restantes utilizadores irão receber comunicação das ARH anulando anterior nota de liquidação. (1,6 Meuro)	Em vigor Despacho MAMAOT nº. 4825/2012, publicado em DR nº. 69, 2ª série de 5 de abril Consultar sítio do INAG	Ano de 2011 (cujo pagamento se processa em 2012)

3. Apoio à distribuição de água para abeberamento de gado

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Apoio aos agricultores ou às corporações de bombeiros para distribuição de água para abeberamento de gado	Em vigor na área de influência da EDIA	Durante período de ocorrência da seca

4. Redução do risco de incêndios florestais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas de emergência de âmbito setorial Redução do risco de incêndios florestais em termos de prevenção, vigilância e combate	Declarar como período crítico de combate aos incêndios florestais o período entre 1 de julho e 30 de setembro	1 de julho a 30 de setembro

Simplificação Procedimentos

1. Anexação de parcelas para pastoreio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Possibilidade de determinadas parcelas aráveis enquadradas em explorações agrícolas sem animais, poderem vir a ser pastoreadas por animais de explorações pecuárias vizinhas ou próximas (Bovinos e Pequenos Ruminantes)	Em vigor Nota Informativa e Requerimento no sítio da DGAV	Até 31/12/2012

Âmbito fiscal e parafiscal

1. Aceleração de reembolso do IVA pelo Estado

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Aceleração do reembolso do IVA pelo Estado Para reembolso solicitado em 2012 por sujeitos passivos que tenham como atividade, exclusiva ou principal, a agricultura ou a produção animal. A ser restituído no prazo de: 30 Dias a contar da receção da garantia prestada, no caso do primeiro reembolso 30 Dias a contar da data de receção do pedido do reembolso, nos restantes casos	Em vigor Despacho nº 345/2012 – XIX, de 22/06, do SEAF	2012

2. Imposto sobre o Rendimento – Pagamentos por Conta

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Imposto sobre o Rendimento Concentração da totalidade dos pagamentos por conta: - Sujeitos passivos de IRS até ao dia 20 de dezembro - Sujeitos passivos de IRC até ao dia 15 de dezembro ou do 12º mês do respetivo período de tributação Que desenvolvam a título principal uma atividade agrícola, silvícola ou pecuária	Em vigor Lei 20/2012, publicado em DR nº. 93, 1ª série de 14 de maio Artigo 21º	2012

3. Redução temporária de pagamento de contribuições à Segurança Social

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
- Dispensa do pagamento de contribuições à segurança social a produtores agrícolas com exercício exclusivo de atividade e respetivos cônjuges que exerçam efetiva e regularmente atividade profissional na exploração (6 M€) - Diferimento do prazo de pagamento de contribuições das entidades empregadoras relativamente aos seus trabalhadores que exerçam atividade agrícola nas explorações. A dispensa ou o diferimento abrange explorações agrícolas e pecuárias que comprovem perdas de rendimento superior a 30%.	Em vigor Portaria 178-A/2012, publicado DR nº 106, 1ª série, de 31 de maio Portaria 203/2012, publicado DR nº 128, 1ª série de 4 julho Requerimento até 2 de julho, prorrogado até 16 de julho Portaria 226-A/2012, publicado DR nº 148, 1ª série de 1 de Agosto Requerimento até 15 de Setembro (dispensa ou diferimento de julho a outubro)	maio a outubro de 2012 julho a outubro